



RELATÓRIO DE GESTÃO

2023

Abril, 2024

Carlos Brandão

Governador do Estado do Maranhão

AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA – AGEM

Leônidas Araújo da Silva

Presidente

Edjane Mesquita Almeida

Diretor Administrativo e Financeiro

Luiz Viana

Diretor de Programas e Projetos

ELABORAÇÃO DE TEXTO

Edjane Mesquita Almeida – Diretor Administrativo e Financeiro / Economista

Leandro Araújo Lopes – Supervisor Financeiro / Contador

Dandara Balata - Auxiliar Técnica de Planejamento e Assuntos Estratégicos / Advogada

José Ernane Vieira de Moura Júnior – Assessor de Comunicação / Mestre em Políticas Públicas

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Paulo Henrique Martins Bringel – Assessor de Planejamento e Assuntos Estratégicos / Economista

Edjane Mesquita Almeida – Diretor Administrativo e Financeiro / Economista

Luiz Viana - Diretor de Programas e Projetos / Engenheiro Mecânico

Leandro Araújo Lopes – Supervisor Financeiro / Contador

Dandara Balata - Auxiliar Técnica de Planejamento e Assuntos Estratégicos / Advogada

COORDENAÇÃO E REVISÃO

José Ernane Vieira de Moura Júnior – Assessor de Comunicação / Mestre em Políticas Públicas

DIAGRAMAÇÃO

Girllayne Ferreira - Designer

Palavra do Presidente

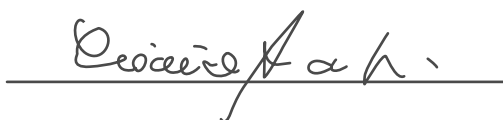
É com a perspectiva de avanços permanentes que finalizamos 2023, ano em que mantivemos nosso empenho em solucionar os desafios à frente da Agência Executiva Metropolitana, no que se refere a trabalhar de forma estratégica na elaboração e execução de projetos que atendessem aos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís.

Diariamente, nosso foco esteve nos trabalhos de criação e melhoria da infraestrutura e que possam dar base a avanços socioeconômicos aos nossos municípios metropolitanos, sendo essa uma das principais metas do Governo do Estado.

Como para conceber projetos e ações é fundamental conhecer in loco os problemas nas comunidades, mantivemos a rotina de visitar os espaços de demanda, para ouvir os moradores e analisar tecnicamente a situação apresentada, para que, a partir de então, se pudesse avaliar a solução mais adequada. Entendemos que, somente com a prática da escuta da população é que se pode conceber projetos adequados à realidade e que possam vir a atender às solicitações. Essa é uma metodologia que está alinhada ao formato de gestão municipalista adotada pelo nosso governador Carlos Brandão e que buscamos seguir sempre em nossas tarefas diárias. Assumimos que não é uma tarefa simples, mas tem sido muito gratificante.

E após mais um ano à frente da presidência da Agência Executiva Metropolitana, reafirmamos o comprometimento com nosso trabalho, que é o de contribuir com o Governo do Estado para manter os excelentes resultados alcançados desde a implantação da AGEM e buscar soluções para atender às demandas da população. É uma missão que exige foco, dedicação e criatividade, pois é necessário maximizar o orçamento, ao mesmo tempo em que se leva o maior número de benefícios para o maior número de comunidades possível.

Assim seguiremos em 2024, com o compromisso de elevar nossos resultados positivos e honrar a confiança do nosso governador Carlos Brandão, contribuindo com ele para alavancar, ainda mais, o desenvolvimento do Maranhão!



Leônidas Araújo da Silva
Presidente da Agência Executiva Metropolitana



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
GOVERNANÇA	7
1 REGIÃO METROPOLITANA	7
1.1 Região em Números	8
1.2 Governança Interfederativa da Região Metropolitana	10
1.2.1- Conferência Metropolitana e Conselho Participativo	10
1.2.2- Colegiado Metropolitano	11
1.2.3- Fundo Metropolitano	11
RESULTADOS DA GESTÃO	11
2 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	11
3 ESTUDOS, PLANOS E PROJETOS	14
3.1 Planos Executados ou em Execução	15
3.1.1- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)	15
3.1.2- Destinação Final de Resíduos Sólidos (Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís)	15
3.2 Projetos Executados ou em Execução	16
3.2.1- Coleta Seletiva em Paço do Lumiar	16
3.2.2- Projeto “Abram Alas para o Carnaval Sustentável”	16
3.2.3- 1ª Reunião Ordinária do Colegiado Metropolitano da Grande São Luís (RMGSL) – Exercício 2023	16
3.2.4- Evento “Sustentabilidade Socioambiental: práticas responsáveis de planejamento, gestão de resíduos sólidos e logística reversa”	17
3.2.5- 1º Simpósio Nacional do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), em Brasília	17
3.2.6- Projeto “Recicla, Siô!”	17
3.2.7- 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)	18
3.3 Projetos de Infraestrutura Executados ou em Execução	18
3.3.1 Projetos de Reestruturação de Vias	18
- Parque da Juçara Rosa Mochel, na cidade de São Luís	18
- Drenagem de Ruas no Maiobão, na cidade de Paço do Lumiar	19
- Estádio Luizão, na cidade de São Luís	20
- Rampa de Embarque e Desembarque do Quebra Pote, na cidade de São Luís	20
- Urbanização de Cais do Quebra Pote, na cidade de São Luís	21
- Rampa de Embarque e Desembarque da Estiva, na cidade de São Luís	21
- Praça de Alimentação do Maiobão (Maiobão Fast Food), na cidade de Paço do Lumiar	22
- Construção do Entrepasto Pesqueiro, na cidade de São Luís	23
3.2 Contratos de Repasse do Governo Federal	24
- Reforma e Revitalização de Parque no Município de São Luís/MA Conforme Contrato Repasse Nº 890284/2019/MTur/CAIXA	24
- Pavimentação de Ruas no Canaã no Município de São Luís/MA Conforme Contrato Repasse Nº 897049/2019/MTur/CAIXA	24

CONFORMIDADE DA GESTÃO	25
4 AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA	25
4.1 Gestão de Pessoas	26
4.2 Gestão de Contratos	28
4.3 Gestão do Patrimônio e Transporte	29
4.4 Gestão da Despesa Orçamentária e Financeira	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as ações que foram executadas pela Agência Executiva Metropolitana (AGEM) no ano de 2023, bem como os resultados e as perspectivas de projetos a serem concluídos em 2024. Trata-se de um documento elaborado a partir de uma visão integrada, cujo foco não está em descrever cada departamento ou setor da AGEM, mas evidenciar os resultados gerados pelos trabalhos conjuntos, que seguem as diretrizes do Governo do Estado, de forma que, a síntese aqui apresentada, permitirá a compreensão dos trabalhos executados no período de 12 meses, com perspectivas para o ano de 2024.

As ações e projetos descritos neste relatório fazem parte de um planejamento anual, elaborado com vistas a atender às demandas apresentadas pelos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande São Luís, a saber, Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Juscelino, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís.

A primeira parte trata sobre a GOVERNANÇA, espaço onde apresentam-se dados da Região Metropolitana da Grande São Luís, bem como da governança interfederativa.

A segunda parte apresenta RESULTADOS DA GESTÃO, com foco na disponibilidade orçamentária e estudos e projetos, este último item subdividido em planos executados ou em execução e projetos executados ou em execução.

Na terceira e última parte tem-se a CONFORMIDADE DA GESTÃO, o que corresponde aos dados sobre a gestão de pessoas; gestão de contratos e gestão orçamentária e financeira.

É importante destacar que todas as atividades descritas neste relatório foram organizadas de forma a apresentar a gestão anual com base nas ações desenvolvidas de forma integrada, ou seja, tanto no viés administrativo, quanto no de execução e entrega de obras e projetos.

É assim que estamos planejando nossas ações para 2024, sempre alicerçadas no trabalho sério. Caso surjam novos desafios, em meio a eles encontraremos soluções para levar benefícios ao maior número possível de pessoas da Região Metropolitana da Grande São Luís, sempre acompanhando os avanços que estão sendo implementados pelo governador Carlos Brandão, à frente do Governo do Estado, e que tem gerado resultados positivos para todo o Maranhão.

GOVERNANÇA

1 REGIÃO METROPOLITANA

O processo de institucionalização de Regiões Metropolitanas no Maranhão, com base ainda no artigo nº 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, ocorreu com a Constituição Estadual de 1989, com a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís (Lei Complementar nº 038/98).

A Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), criada pela Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015, é composta por municípios localizados na Ilha do Maranhão, Baixo Itapecuru, Baixo Munim e Alcântara, inseridos no grande complexo estuarino do Golfão Maranhense, maior reentrância da costa maranhense, onde se destacam as baías de São Marcos e São José. Essa região é composta por treze municípios, quais sejam: Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatú, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís, totalizando 9.417,61 km², com população de 1.649.004 habitantes (IBGE, 2022), com densidade demográfica de 174,78 hab./km² (IBGE, 2022) e PIB de R\$ 42.473.807,00 (IBGE, 2022).

Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC.:

Esta região caracteriza-se por uma população economicamente ativa, com setor secundário e terciário concentrado em São Luís, onde estão as principais indústrias de transformação e comércio. Além do município de São Luís, destaca-se nos outros municípios da ilha a produção da horticultura e avicultura. A atividade pesqueira também é de grande importância, principalmente em Raposa e São José de Ribamar, garantindo parte do consumo ao mercado interno.

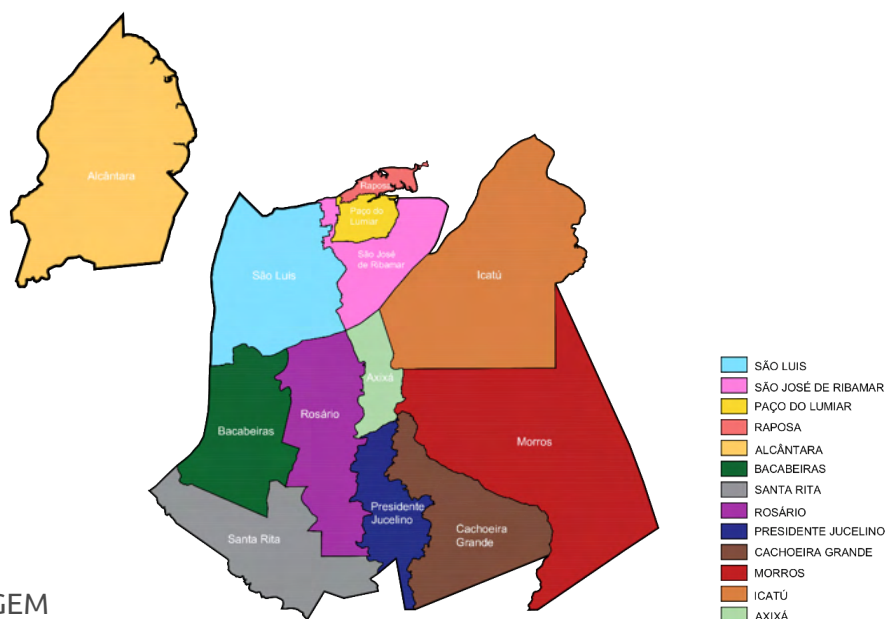
A cidade de São Luís é o núcleo a partir do qual se desenvolveu o processo de ocupação do Estado para o Litoral, Baixada e pelos vales úmidos dos rios Itapecuru, Pindaré, Munim e Mearim. São Luís é o centro político-administrativo do estado destacando-se turisticamente pelo conjunto arquitetônico colonial, considerado o maior conjunto contínuo da América do Sul, assim como folcloricamente com os tradicionais grupos de bumba-meu-boi, tambor de crioula e outros, tendo sido agraciado com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

São Luís também se destaca por sua malha viária (BR-135, MA-201, 202, 203), ferroviária (Estrada de Ferro Carajás, Ferrovia Transnordestina) e portuária (portos do Itaqui, ALUMAR, Vale, Grande e da Madeira). Dispõe também do maior distrito industrial do Maranhão, com presença de usinas de transformação, bens de consumo não duráveis, produtos alimentares, bebidas e outros.

O crescimento urbano de São Luís em direção a outros municípios da Ilha do Maranhão acarretou na conurbação destes municípios, concentrando a maior área urbana e populacional do Estado, o que justifica, portanto, São Luís ser o município-polo da região.

Vale destacar também o crescimento de outras cidades como Rosário e principalmente Bacabeira, com a futura implantação de siderurgias. Também se destaca nos municípios fora da Ilha do Maranhão o setor primário com a produção da horticultura e mandioca, além da produção da brita, cerâmicas e pesca. A cidade de Alcântara, também, é importante, não só pela arquitetura colonial, mas por estar ali instalado o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

Imagem 01 – Mapa da Região Metropolitana da Grande São Luís



Fonte: AGEM

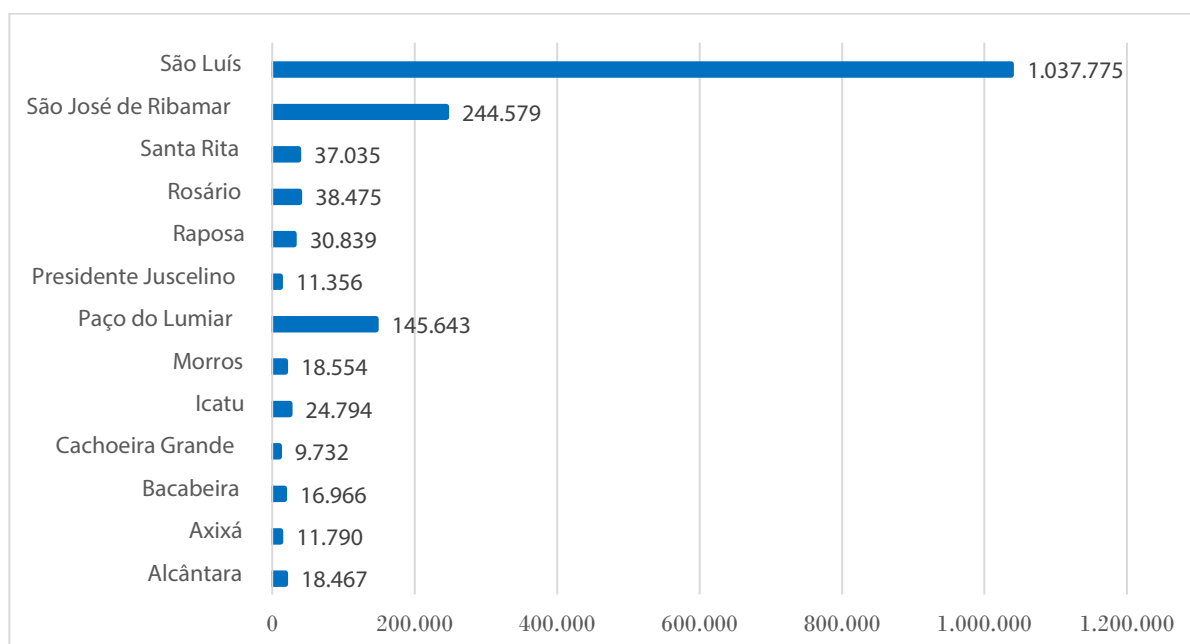
1.1 A Região em Números

O processo de institucionalização de Regiões Metropolitanas no Maranhão, com base ainda no artigo nº 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, ocorreu com a Constituição Estadual de 1989, com a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís (Lei Complementar nº 038/98).

A Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), criada pela Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015, é composta por municípios localizados na Ilha do Maranhão, Baixo Itapecuru, Baixo Munim e Alcântara, inseridos no grande complexo estuarino do Golfão Maranhense, maior reentrância da costa maranhense, onde se destacam as baías de São Marcos e São José. Essa região é composta por treze municípios, quais sejam: Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatú, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís, totalizando 9.417,61 km², com população de 1.649.004 habitantes (IBGE, 2022), com densidade demográfica de 174,78 hab./km² (IBGE, 2022) e PIB de R\$ 42.473.807,00 (IBGE, 2022).

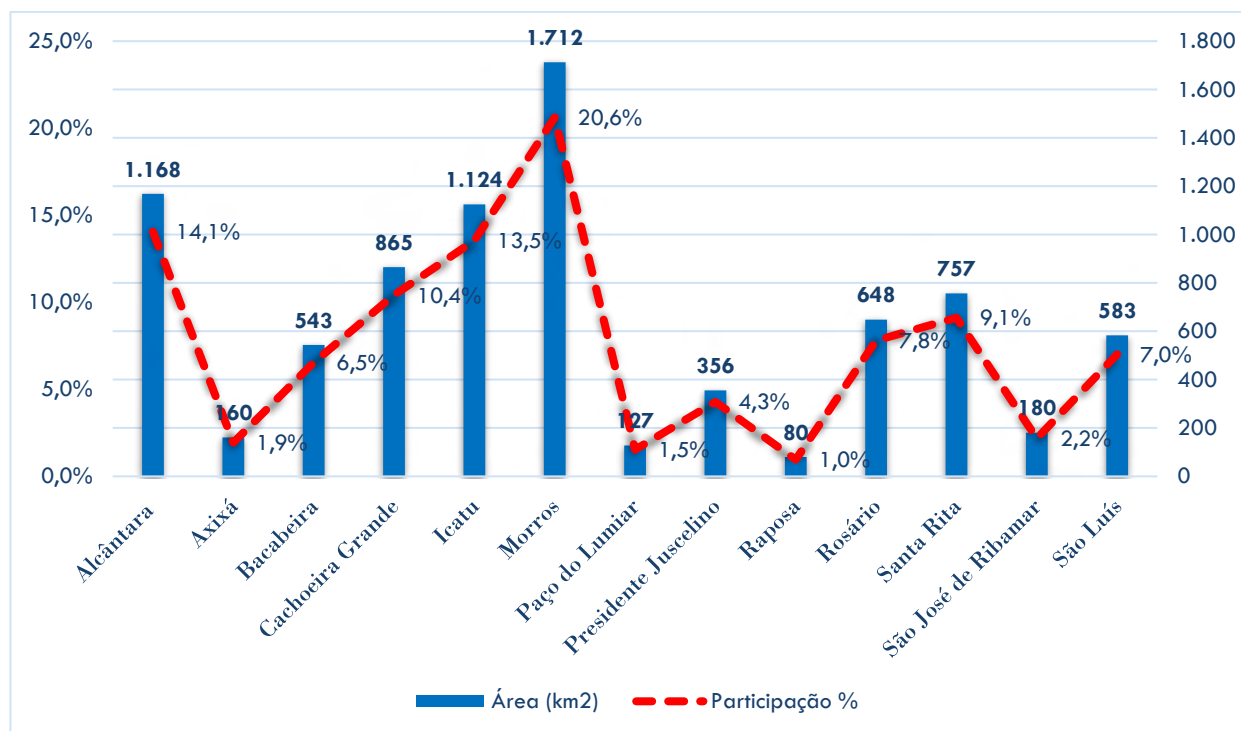
Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC.:

Gráfico 01 – População Estimada 2023 (hab.)



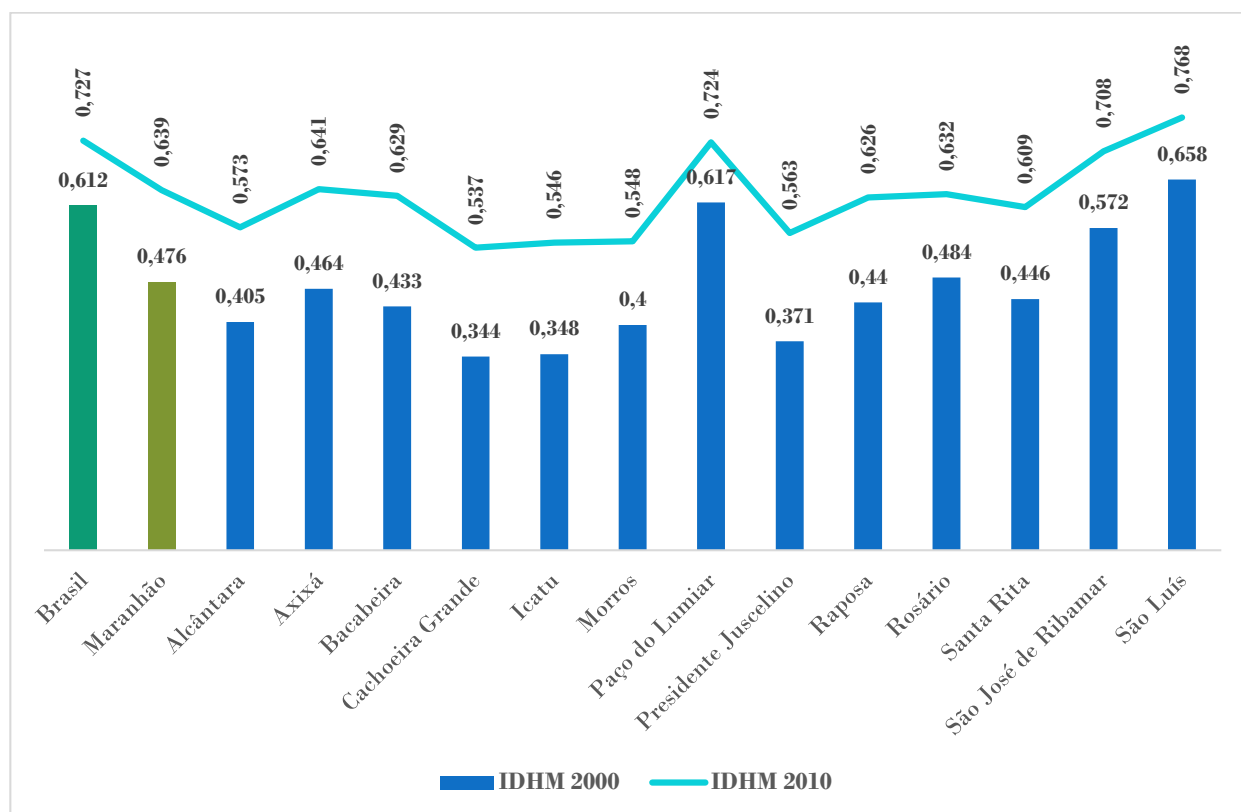
Fonte: IBGE

Gráfico 02 - Área territorial em km2



Fonte: IBGE

Gráfico 03 - IDMH dos Municípios 2000 - 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

1.2 Governança Interfederativa da Região Metropolitana

O planejamento das áreas metropolitanas tem sido objeto de crescente preocupação dos governos e, por essa razão, o Governo do Estado do Maranhão dedicou grande esforço e compromisso, desde 2017, para implementar a gestão e as políticas públicas destinadas a melhorar a condição de vida das pessoas que se encontram na Região Metropolitana da Grande São Luís.

Considerando a dificuldade real de que os municípios consigam lidar sozinhos com desafios que dependem da articulação com municípios vizinhos e, também, com o estado e a união, para criar e estabelecer um novo cenário de gestão, a Lei Complementar Estadual nº 174 de 2015 instituiu e criou os órgãos de gestão da RMGSL. Dessa forma, o arranjo institucional necessário para concretização da dinâmica administrativa compartilhada, como a Agência Executiva Metropolitana, encontra-se em efetiva atividade.

Imagem 01 – Estrutura da Região Metropolitana



Fonte: AGEM

Conferência Metropolitana e Conselho Participativo.

Conforme consta na LCE 174/2015, art. 6º e 13, sobre a Conferência Metropolitana, é importante destacar que a sua realização é obrigatória uma vez que possui papel deliberativo e consultivo e, também, por ser o momento que serão escolhidos os representantes da sociedade civil para compor o Conselho Participativo Metropolitan, obedecendo aos critérios bienais para a sua realização e ao princípio de participação e controle democrático dessa instância deliberativa.

A AGEM, como o intuito de garantir as diretrizes norteadoras da política metropolitana, vem desenvolvendo ações com vistas à realização da II Conferência da Região Metropolitana da Grande São Luís (II CRMGSL), com a consequente eleição para o Conselho Participativo Metropolitan. Esta ação tem-se dado a partir da formação de uma Comissão para elaborar o projeto e execução da retomada dessas instâncias da governança interfederativa, como determina o Estatuto da Metrópole e a Lei Complementar Estadual nº 174/2015. O processo será iniciado com a realização de 13 Seminário Preparatórios, um em cada município da RMGSL, para posterior promoção da II Conferência Metropolitana. Vale ressaltar que a II CRMGSL teve atraso em sua realização devido à pandemia do COVID-19, quando se fez necessário o isolamento social para conter a contaminação.

Colegiado Metropolitano

O Colegiado Metropolitano já se reuniu em quatro ocasiões: 02 de fevereiro de 2017; 01 de agosto de 2017; 26 de abril de 2018 e 08 de maio de 2023. Esta última reunião deu-se em decorrência da retomada, por parte da AGEM, das discussões por meio do Colegiado, para prosseguimento de pautas importantes para a RMGSL.

No histórico de reuniões do Colegiado Metropolitano foram deliberados assuntos importantes para a gestão interfederativa, tratando de temas como: aprovação da elaboração do PDDI; a aprovação do termo de cooperação dos serviços de transbordo e destinação final dos resíduos sólidos da RMGSL; convocação da 1ª Conferência; aprovação da elaboração do Plano Integrado de Resíduos Sólidos; aprovação do fundo metropolitano; aprovação dos planos de Gestão de Resíduos Sólidos, Acessibilidade Metropolitano e Diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI); convocação para a 2ª Conferência Metropolitana e apresentação do Plano de Água e Esgotos de São Luís.

Fundo Metropolitano

O Fundo Metropolitano da RMGSL criado pela Lei Complementar Estadual nº 174, de 25 de maio de 2015, tem como objetivo o financiamento da implantação de programas e projetos estruturantes e a realização de investimentos relacionados a funções públicas de interesse comum da Grande São Luís, estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Foi aprovado na reunião do Colegiado Metropolitano, do dia 26 de março de 2018, e tem a destinação obrigatória de meio por cento (0,5%) das quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de cada município integrante da Região Metropolitana da Grande São Luís e a contribuição obrigatória do Estado na parcela mínima equivalente às contribuições totais obrigatórias dos municípios da RMGSL. Porém ainda não foi aprovado o decreto regulamentando a sua vigência.

RESULTADOS DA GESTÃO

2 DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A Agência Executiva Metropolitana, como já foi dito, criada em 2017, teve seu primeiro orçamento aprovado em 2018, e ao longo desse período tem buscado ampliar suas ações com vistas a melhorar a qualidade de vida da população residente na Região Metropolitana da Grande São Luís.

Tabela 01 – Orçamento Inicial

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	DESPESAS CORRENTE R\$ (1,00)	DESPESAS CAPITAL R\$ (1,00)
Planejamento da Região Metropolitana	101	1.030.910	-
Suporte Técnico à Região Metropolitana - AGEM	101	89.462	-
Gestão do Programa	101	5.851.335	-
Contribuição ao Regime Geral da Previdência	101	312.360	-
Contribuição ao Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais	101	12.641	-
Recuperação e Ampliação da Infraestrutura da Região Metropolitana	101	9.266.292	14.200.000
Total		16.563.000	14.200.000

Fonte: LOA2023

O valor orçamentário inicial totaliza o montante de R\$ 30.763.000,00 (Trinta Milhões e Setecentos e Sessenta e Três Mil Reais). No decorrer do exercício tiveram algumas Reduções, Redução por Descentralização e Acréscimo no orçamento:

TABELA 02 – EXECUÇÃO TOTAL POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	REDUÇÕES R\$ (1,00)	REDUÇÃO POR DESCENTRALIZAÇÃO R\$ (1,00)	ACRESCIMO (1,00)	R\$
0352 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região Metropolitana	101	13.143.213,00	56.867,37		20.314.533,13
0411 – Apoio Administrativo	101	0,00		1.460,00	
Total		13.143.213,00	56.867,37		20.315.993,10

Fonte: LOA2023

TABELA 03 - POR AÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	REDUÇÃO R\$ (1,00)	REDUÇÃO POR DESCENTRALIZAÇ ÃO R\$ (1,00)	ACRÉSCIMOS R\$ (1,00)
3301-Planejamento da Região Metropolitana	101	265.081,00	0,00	107.684,00
3304-Recuperação e Ampliação da Infraestrutura da Região Metropolitana	101	12.700.000,00	0,00	17.374.778,13
4450-Gestão do Programa	101	178.132,00	56.867,37	2.822.611,00
4928-Suporte Técnico à Região Metropolitana - AGEM	101	0,00	0,00	8.000,00
0901-Contribuição ao Regime Geral da Previdência	101	0,00	0,00	1.460,00
0963-Contribuição para o fundo de benefícios dos servidores Públicos Estaduais	101	0,00	0,00	0,00
TOTAL		13.143.213,00	56.867,00	20.314.533,13

Fonte: LOA2023

TABELA 04 - POR SUBAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	REDUÇÃO R\$ (1,00)	REDUÇÃO POR DESCENTRALIZAÇÃO R\$ (1,00)	ACRÉSCIMOS R\$ (1,00)
Tecnologia Da Informação	101	0,00	0,00	107.684,00
Estudos E Pesquisas -Pddi	101	265.081,00	0,00	0,00
Locação De Imóveis -Galpão De Catadores	101	0,00	0,00	8.000,00
Vigilância	101	37.686,00	0,00	127.981,00
Locação De Veículos	101	20.000,00	0,00	0,00
Locação De Imóveis	101	1.999,00	0,00	16.500,00
Telefonia Fixa E Móvel	101	38.976,00	0,00	0,00
Serviços E Material Gráfico	101	10.065,00	0,00	20.068,00
Energia Elétrica	101	0,00	0,00	24.160,00
Material De Consumo	101	0,00	0,00	624,39
Passagens Aéreas	101	5.000,00	0,00	0,00
Locação De Equipamentos	101	0,00	0,00	40.259,00
Limpeza E Conservação	101	0,00	0,00	44.691,05
Adiantamento	101	0,00	0,00	20.000,00
Estagiários E Trainees	101	62.946,00	0,00	9.327,60
Outros Serviços De Comunicação	101	0,00	0,00	1.058,00
Combustível	101	0,00	0,00	4.500,00
Diárias	101	0,00	0,00	5.000,00
Auxílio Transporte	101	0,00	0,00	0,00
Água E Esgoto	101	0,00	0,00	0,00
Subsídio/Vencimento	101	1.460,00	0,00	0,00
Taxas, Juros E Multas - Rm	101	0,00	0,00	0,00

Instalação E Manutenção De Ar -Condicionado Na RmgsI	101	0,00	0,00	11.525,96
Apoio Técnico - Sousândrade	101	0,00	0,00	2.400.000,00
INSS	101	0,00	0,00	1.460,00
FUNBEN	101	0,00	0,00	0,00
Coleta E Transporte De Resíduos Sólidos	101	2.500.000,00	0,00	2.179.963,00
Reforma - Entrepasto Pesqueiro Mercado De Mariscos	101	2.820.000,00	0,00	11.302.785,00
Reforma E Ampliação - Logradouros Públicos / RmgsI	101	1.000.000,00	0,00	2.303.712,23
Reforma E Ampliação - Vias Públicas E Condições De Acessibilidade	101	1.500.000,00	0,00	987.287,77
Restauração - Equipamentos De Acessibilidade / Transporte Aquático	101	4.880.000,00	0,00	0,00
Confecções Móveis- Convênio Seap	101	0,00	56.867,37	0,00
Eventos	101	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL		13.143.213,00	56.867,37	20.314.533,13

Fonte: LOA2023

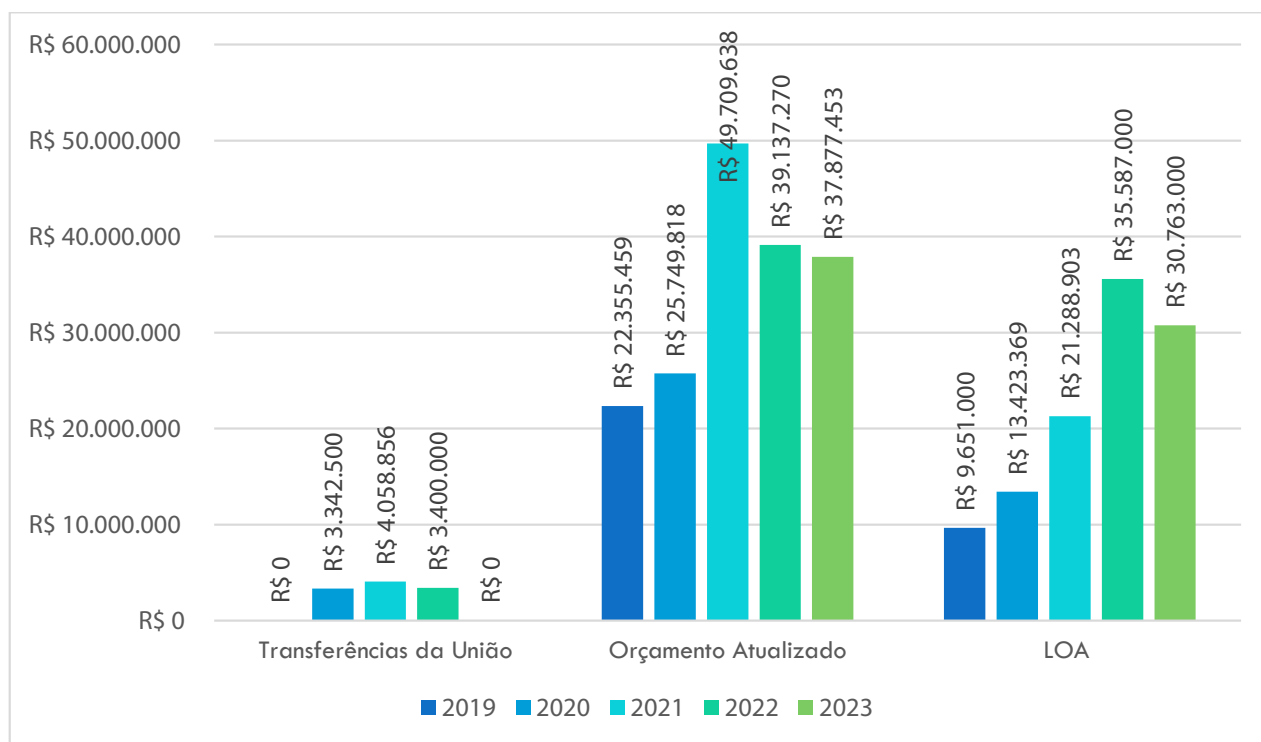
1 - No exercício Financeiro de 2023 houve uma Redução orçamentaria de R\$ 13.143.213,00 (Treze Milhões, Cento e Quarenta e Três Mil e Duzentos e Treze Reais);

2 - No exercício Financeiro de 2023 houve um Acréscimo orçamentário de R\$ 20.314.533,13 (Vinte Milhões, Trezentos e Quatorze Mil, Quinhentos e Trinta e Três Reais e Treze Centavos);

3 - No exercício Financeiro de 2023 houve uma Redução por Descentralização orçamentário de R\$ 56.867,37 (Cinquenta e Seis Mil, e Oitocentos Sessenta e Sete Reais e Trinta e Sete Centavos).

O valor orçamentário em 31/12/2023, totalizou o montante de R\$ 37.877.452,76 (Trinta e Sete Milhões e Oitocentos e Setenta Sete Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Setenta e Seis Centavos), com um valor Suplementar de R\$ 7.171.320,13 (Sete Milhões, Cento e Setenta Um Mil, Trezentos Vinte Reais e Treze Centavos).

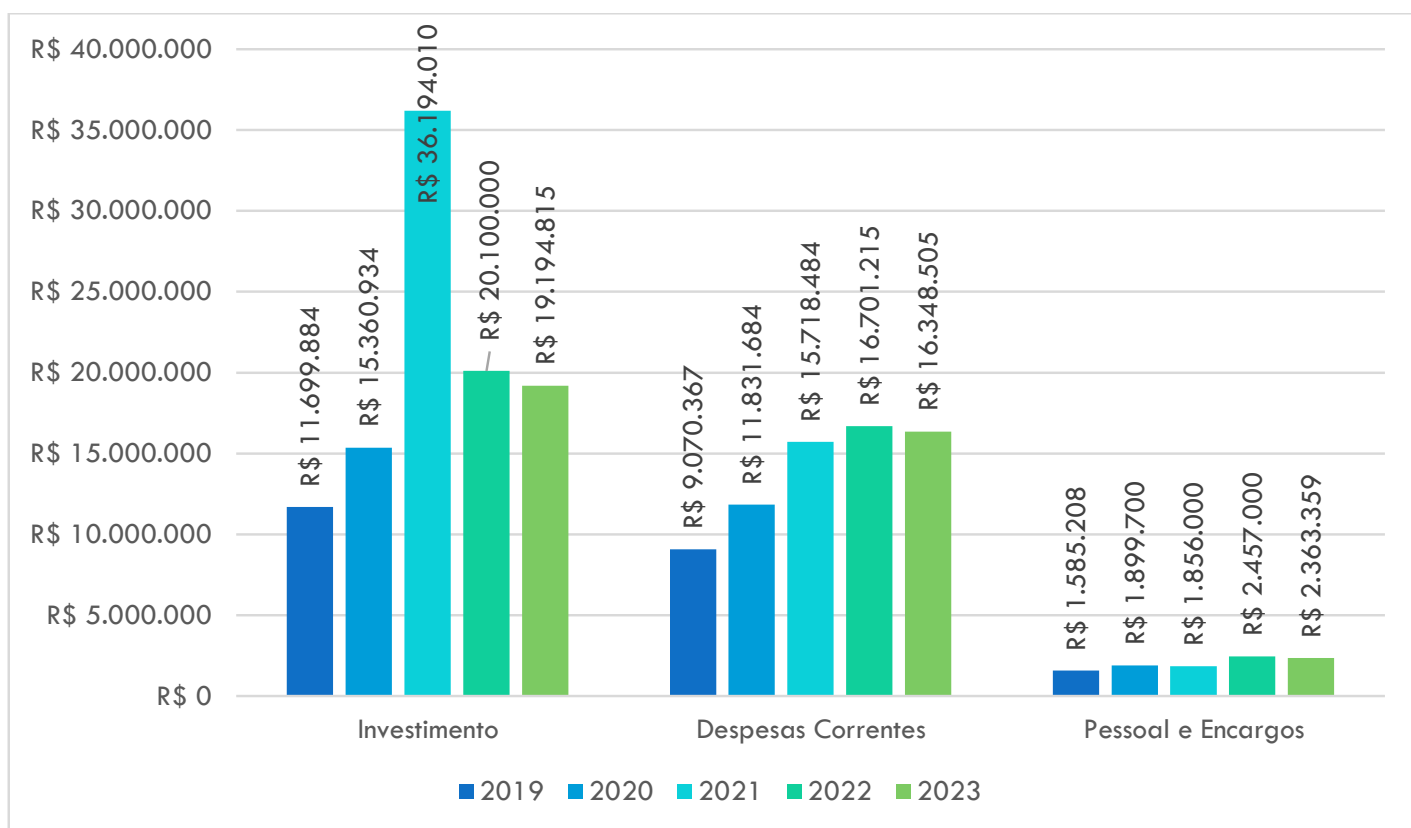
Gráfico 04 – Orçamento 2019 - 2023



Fonte: SIGEF

É possível observar que nos últimos anos a Agência sempre ampliou o orçamento definido na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Gráfico 05 – Evolução do Orçamento por Grupo



Fonte: SIGEF

3 ESTUDOS, PLANOS E PROJETOS

Os planos e projetos aqui apresentados foram desenvolvidos com o objetivo de dinamizar a RMGSL, pois trata-se de melhorar como a população urbana se locomove pelos espaços geográficos urbanos, além de interferir no bem-estar social da população, seja no aspecto da mobilidade da sua população ou na melhoria dos equipamentos públicos à disposição da comunidade.

Por se tratar do direito de ir e vir das pessoas, a mobilidade urbana está diretamente ligada ao processo de urbanização das cidades."

A mobilidade urbana, para ser sustentável, deve passar por um rigoroso planejamento urbano. O incentivo ao uso de ciclovias, transportes coletivos, caronas coletivas, rodízios de carros e até mesmo pedágios urbanos poderia melhorar a locomoção e diminuir os impactos ambientais causados pelo excesso de veículos nas ruas, um dos principais entraves a uma boa mobilidade.

O uso de bicicletas e possíveis carros elétricos auxiliaria também numa mobilidade sustentável, pois evitaria, nessas modalidades, a emissão de poluentes nos ares urbanos. Ademais, a criação de parques urbanos para o descanso populacional e realização de atividades físicas faria com que as pessoas priorizassem andar a pé nas curtas distâncias em vez de tirar o carro da garagem. Além de se exercitar, essas pessoas contribuíram para a temática ambiental, deixando a cidade mais limpa e menos barulhenta.

3.1 Planos Executados ou em Execução

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI

Atualmente, a RMGSL conta com uma população de 1.656.503 habitantes (IBGE 2021), dos municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Juscelino, Rosário, Raposa, São José de Ribamar, Santa Rita e São Luís, que sofrem fortes impactos resultantes da interação econômica, social e urbana, o que é ampliado por não existir um sistema consistente de gestão metropolitana compartilhada. Com a aprovação da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, conhecida como o Estatuto da Metrópole, o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) estabeleceu que o Governo Federal só aportará recursos (financeiros, humanos, materiais...) para as regiões metropolitanas com gestão plena, ou seja, que possuam uma estrutura de governança interfederativa própria e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) aprovado mediante lei estadual.

Desde 2021, a AGEM vem definindo como prioridade a elaboração do PDDI para a Região Metropolitana da Grande São Luís e, para isso, realizou inúmeros encontros com a Universidade Estadual do Maranhão e o IMESC, com o intuito de definir a melhor forma de sua execução, após o que foi elaborado o escopo dos trabalhos e proposta uma estimativa de orçamento, o que possibilitou incluir na LOA de 2023 o valor para o presente ano. Em 2023, a AGEM obteve a aprovação para elaboração do Diagnóstico do PDDI, por meio da Reunião do Colegiado Metropolitano realizada em 08 de maio.

Destinação Final de Resíduos Sólidos

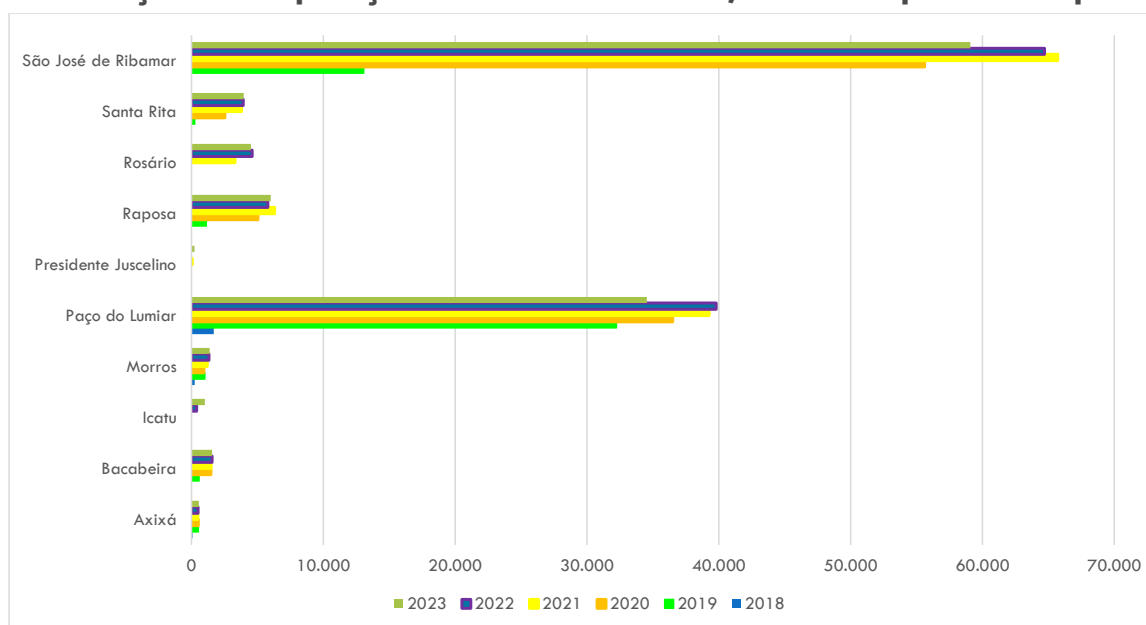
(Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís)

Para as ações de apoio aos municípios na questão dos Resíduos Sólidos, o Colegiado Metropolitano, em reunião no dia 01/08/2017, aprovou proposta para a cooperação com os municípios da Região voltada para a gestão associada dos serviços de tratamento e disposição de resíduos.

Em julho de 2018, a AGEM contratou a Central de Gerenciamento Ambiental Titara S. A. para o tratamento e destinação final em aterro sanitário dos resíduos sólidos urbanos dos municípios da RMGSL, ação esta que tem continuidade até os dias atuais.

Não foram incluídos nesta primeira etapa os municípios de: São Luís - que conta com a concessão dos serviços de limpeza pública contratada até 2031; Alcântara - pela distância e custo de acesso ao aterro sanitário do Titara, que está localizado em Rosário.

Evolução da disposição final dos Resíduos, tonelada por município.



3.2 Projetos Executados ou em Execução

Coleta Seletiva em Paço do Lumiar

Em 01/08/2017 o Colegiado da Região Metropolitana da Grande São Luís – RMGSL reuniu-se sob a presidência do Governador Flávio Dino quando foi discutida e aprovada a “Estratégia Metropolitana de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos”, com gestão integrada e despesas compartilhadas entre Estado e municípios da RMGSL. Nesse sentido, o município de Paço do Lumiar, integrante da RMGSL, no dia 06/12/2018 encerrou as atividades do seu lixão na localidade Iguaíba, encaminhando então seus resíduos sólidos urbanos coletados, para o Aterro Sanitário Titara em Rosário, previamente contratado pela Agência Executiva Metropolitana – AGEM, de acordo com o Termo de Cooperação firmado entre o Estado do Maranhão e municípios da RMGSL.

Mas, dentro das obrigações do município inseridas na Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, está previsto ainda “adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos” e “estabelecer sistema de coleta seletiva”. Observe-se que 38 (trinta e oito) catadores de baixa renda até recentemente trabalhavam por conta própria no referido lixão, dos quais 22 (vinte e dois) compõem a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – COOPCARE.

Assim, o município de Paço do Lumiar assumirá diversas obrigações com a COOPCARE, no que terá o apoio do Estado através da AGEM da RMGSL com o pagamento do aluguel de um galpão de triagem, imóvel que ficará sob a responsabilidade do Município de Paço do Lumiar, no que diz respeito à manutenção e integridade, independente da sua ocupação e uso ficarem com a COOPCARE. Lembramos ainda, que as atividades da COOPCARE já se desenvolvem num galpão de triagem desde dezembro de 2018 quando foram encerradas as atividades no Lixão do Iguaíba que servia de destinação final dos RSU do município de Paço do Lumiar.

Projeto “Abram Alas para o Carnaval Sustentável!”

Desenvolvido no período de Carnaval envolvendo duas cooperativas de catadores de resíduos recicláveis estão envolvidas na ação, a Cooperativa de Resíduos Sólidos do Maranhão (CORESSOMA) e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São José de Ribamar (ASCAM). Teve como objetivo atender a um dos eixos da economia circular, que é a redução de resíduos e da poluição.

Durante o projeto, os catadores de resíduos foram para os locais dos eventos carnavalescos do Governo do Estado, com o propósito de recolher os materiais recicláveis por meio de bags, que foram destinadas para as cooperativas, visando a comercialização.

1ª Reunião Ordinária do Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) - exercício 2023

A ação atende à determinação legal da LCE 174/2015 e reuniu secretários estaduais e os prefeitos dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL). Teve como principal objetivo apresentar os temas propostos na pauta, bem como aprovar os planos de Gestão de Resíduos Sólidos; Acessibilidade Metropolitano e Diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), e também convocar para a realização da 2ª Conferência Metropolitana. Além desses temas foi feita uma apresentação do Plano de Água e Esgotos de São Luís;

A 1ª Reunião Ordinária do Colegiado Metropolitano da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) - exercício 2023 contou com a participação dos titulares das secretarias de Estado da Casa Civil, Sebastião Madeira (que presidiu a Reunião); Cidades e Desenvolvimento

Urbano, Joslene Rodrigues, no ato representada pelo secretário-adjunto de Assuntos Metropolitanos, Robson Paz; Meio Ambiente e Recursos Naturais, Pedro Chagas; Saúde, Tiago Fernandes; Desenvolvimento Social, Paulo Casé; Articulação Política, Rubens Pereira; Trabalho e da Economia Solidária, Luiz Henrique Lula; e Indústria, Comércio e Energia, Júnior Marreca. As secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplan), Infraestrutura (SINFRA), Educação (SEDUC) e Turismo (Setur) enviaram representantes. Além dos titulares das referidas secretarias, também participam gestores das prefeituras que compõem a Região Metropolitana da Grande São Luís, a saber, Nivaldo Araújo (Alcântara); Sônia Campos (Axixá); César Castro (Cachoeira Grande); Wallace Azevedo (Icatu); Milton José Sousa Santos (Morros); Paula Azevedo (Paço do Lumiar); Eudes Barros (Raposa); Calvet Filho (Rosário); Júlio Matos (São José de Ribamar); Eduardo Braide (São Luís) e Hilton Gonçalves, de Santa Rita, na ocasião representando, também, a prefeita de Bacabeira, Fernanda Gonçalves.

Evento “Sustentabilidade Socioambiental: práticas responsáveis de planejamento, gestão de resíduos sólidos e logística reversa”

Teve como objetivo apontar caminhos para transformar o tratamento dos resíduos sólidos em uma fonte para geração de desenvolvimento. Reuniu secretários de Estado, prefeitos da Região Metropolitana da Grande São Luís, autoridades na área de saúde e saneamento básico, empresários, pesquisadores, dentre outros atores sociais ligados ao reaproveitamento de materiais recicláveis;

Abordou temáticas como “Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande São Luís”; “Industrialização Sustentável do Setor de Resíduos Sólidos”; apresentação do Plano Setorial de Água e Esgoto de São Luís; debate sobre o Decreto Estadual nº 38.140, que trata da implantação e implementação da reciclagem e logística reversa de embalagens.

1º Simpósio Nacional do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), em Brasília

Teve como objetivo congregar os diversos níveis federativos no debate sobre metrópoles. A Agência Executiva Metropolitana (AGEM) participou do evento representada pelo presidente Leônidas Araújo e pela então coordenadora de Governança, Mônica Teixeira. O Simpósio reuniu representantes de todas as regiões metropolitanas do Brasil e, nesta edição, comemora os 50 anos da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que instituiu as primeiras regiões metropolitanas no Brasil.

Durante o evento, os participantes debateram sobre o desenvolvimento, percalços e o futuro dos centros urbanos brasileiros. O evento contou com representantes do Ministério das Cidades; Congresso Nacional; Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Associação Brasileira de Municípios; além de deputados federais. Os participantes do Simpósio realizaram, ainda, visita ao Ministério das Cidades.

Projeto “Recicla Siô!”

Voltado a trabalhadores de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O Recicla Siô! é uma continuação de um projeto que foi desenvolvido no período de Carnaval pela AGEM, o “Abram Alas para o Carnaval Sustentável!”.

Participaram seis cooperativas: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São José de Ribamar (ASCAM), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade Operária/Cidade Olímpica (ASCAMARCO), Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Paço do Lumiar (COOPCARE), Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis D’Ouro (COOPEROURO), Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de

São Luís (COOPRESL) e Cooperativa de Trabalhadores de Resíduos Sólidos do Maranhão (COORESOMA);

Em grupos, os trabalhadores foram distribuídos para os arraiais do IPEM, Ceprama e Praça da Fé (em frente à Casa do Maranhão).

2ª Reunião Ordinária do Colegiado da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL)

Teve como principal objetivo a aprovação da resolução sobre serviços de manejo de resíduos sólidos, bem como apresentação do Projeto Metropolitano de Incentivo à Reciclagem de Resíduos Sólidos, além do uso de recursos públicos para solucionar os problemas decorrentes dos lixões.

Coordenada pelo vice-governador do Estado, Felipe Camarão, e pelo secretário-Chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, além do presidente da Agência Executiva Metropolitana (AGEM), Leônidas Araújo. Teve a participação dos titulares ou representantes das secretarias de Estado da Casa Civil; Cidades e Desenvolvimento Urbano; Meio Ambiente e Recursos Naturais; Saúde; Desenvolvimento Social; Articulação Política; Trabalho e da Economia Solidária; Indústria, Comércio e Energia; Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplan), Infraestrutura; Educação e Turismo. Também participaram gestores ou representantes das prefeituras que compõem a Região Metropolitana da Grande São Luís: Alcântara; Axixá; Cachoeira Grande; Icatu; Morros; Paço do Lumiar; Raposa; Rosário; São José de Ribamar; São Luís; Santa Rita e Bacabeira.

3.3 Projetos de Infraestrutura Executados ou em Execução

3.1 Projetos de Reestruturação de Vias e de Melhoria de Espaços Urbanos

O principal objetivo do planejamento urbano é planejar e construir espaços que diminuam os problemas vindos da urbanização, como poluição, congestionamentos, impactos ecológicos ou vazios urbanos.

Embora muitos acreditem que o planejamento fica apenas no âmbito físico e estético das cidades, ele, na verdade, é um trabalho que exige previsão de futuro, análise de tendências, jogo político e conhecimento social. Por isso, os profissionais da área precisam contar com uma variedade horizontal de conhecimentos de diferentes áreas, desde engenharia, passando pela sociologia, geografia, administração, entre outras. Espaços urbanos bem planejados e em conformidade com os anseios da população elevam a autoestima e a qualidade de vida dos cidadãos e este é um dos objetivos do Governo do Estado.

Neste contexto, com o objetivo de dar maior mobilidade à população usuária das vias públicas da RMGSL, foram executadas as obras de revitalização de vias públicas possibilitando a redução dos pontos de gargalo em horas de grandes fluxos de veículos. Além disso, a AGEM executou serviços de reforma e construção de espaços, num esforço de toda a sua equipe para melhorar a infraestrutura urbana da Região Metropolitana da Grande São Luís.

Parque da Juçara Rosa Mochel, na cidade de São Luís

No local foram executadas reforma e revitalização em todo o espaço. Os serviços incluíram instalação de playgrounds (04); posto policial com área privativa para estacionamento de duas viaturas; reforma dos quiosques; estruturas para acessibilidade, como rampa de acesso em todo o perímetro do Parque; muro, como estrutura auxiliar de segurança; acesso secundário com portão; iluminação pública; pintura de palco e construção de espaço para Memorial Rosa Mochel.

Parque da Juçara Rosa Mochel, na cidade de São Luís



Drenagem de ruas no Maiobão, na cidade de Paço do Lumiar

Os serviços tiveram como objetivo evitar os constantes alagamentos que ocorrem na região em períodos chuvosos. Foram incluídas as ruas 17, 91, 96 e 98, que costumam ser fortemente afetadas pelas chuvas intensas e demandam por ações de limpeza, desobstrução dos bueiros e recuperação das chamadas boca de lobo, que assim como os bueiros, eram obstruídas e deterioradas com a força das águas.

Os trabalhos incluíram, ainda, a abertura de valas; execução de calhas e caixas de passagem. Ao todo, a área compreendida pela obra é de 443m, com largura média de 6m. O resultado dessa intervenção gerou benefícios para moradores que, há muitos anos, buscavam solução para os perigos decorrentes dos alagamentos, melhorando a mobilidade e a segurança.



Estádio Luizão, na cidade de São Luís

O Estádio Luizão foi um projeto de reforma, visto que o espaço já era utilizado por moradores da Vila Luizão e bairros vizinhos, mesmo sem possuir estrutura adequada para as atividades esportivas praticadas.

Foi inaugurado em setembro do ano passado, após passar por serviços diversos, tais como novo alambrado; nivelamento do campo; instalação de sistema de irrigação com mecanismo por aspersão semiautomática e disponibilização de diversas saídas controladas de água; drenagem por sistema de tubulação; novas traves e novo gramado; reforma dos vestiários; extensão de arquibancadas e piso tátil direcional. A área total de intervenção foi de 6.645,11m².



Rampa de embarque e desembarque do Quebra Pote, na cidade de São Luís

A Rampa de Embarque e Desembarque foi projetada com a perspectiva de ser um equipamento público de múltipla utilidade, ou seja, poderá ser utilizada no comércio de pescados e, ainda, para garantir o fluxo de pessoas.

Além da Rampa, a AGEM está executando a urbanização do entorno do Cais do Quebra Pote. Na área, estão sendo realizados trabalhos de construção de bancos de concreto; delimitação de áreas verdes; instalação de iluminação adequada; monumentos; calçada; piso intertravado; meio-fio; aterro com brita graduada, guarda-corpo; pintura, iluminação, enrocamento; sarjetas e muro de contenção.

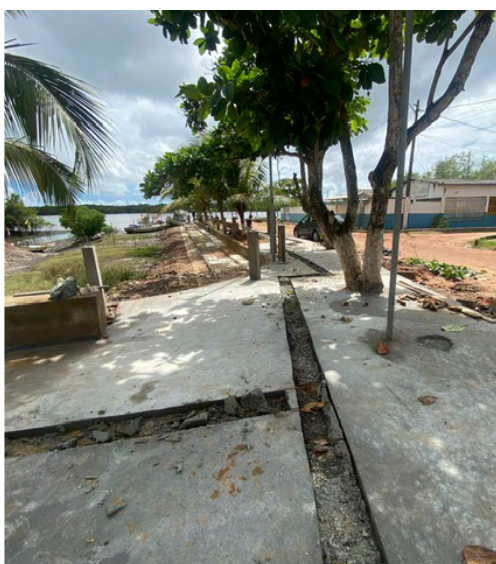
Com essa intervenção, o governo do estado estimula a movimentação de turistas, esportes náuticos, futuro embarque de ferryboat, além do desembarque de pescados.

Rampa de embarque e desembarque do Quebra Pote, na cidade de São Luís



Urbanização de cais do Quebra Pote, na cidade de São Luís

Ainda no Quebra Pote, a AGEM está executando a urbanização do entorno do Cais do Quebra Pote. Na área, estão sendo realizados trabalhos de construção de bancos de concreto; delimitação de áreas verdes; instalação de iluminação adequada; monumentos; calçada; piso intertravado; meio-fio; aterro com brita graduada, guarda-corpo; pintura,



Rampa de embarque desembarque de Cais da Estiva, na cidade de São Luís

Outro equipamento público concebido para ser de múltipla utilização, a Rampa da Estiva funcionará tanto para embarque e desembarque de pessoas, quanto de pescados. Dada sua localidade, a Rampa da Estiva poderá beneficiar a comunidade de Tauá-Mirim, contribuindo, inclusive, no embarque e desembarque de crianças e jovens que moram na Ilha de com destino às escolas.

Rampa de embarque desembarque de Cais da Estiva, na cidade de São Luís



Praça de Alimentação do Maiobão (maiobão fast food), na cidade de Paço do Lumiar

O local é utilizado há mais de dez anos como ponto de comercialização de lanches, mas não possuía a infraestrutura adequada para essa finalidade. com a reforma realizada pelo governo do estado, por meio da AGEM, tanto comerciantes, quanto clientes, passam a dispor de mais segurança e higiene.

Os serviços realizados incluíram calçamento com piso em concreto; recuperação do passeio; meio-fio, definição de 13 espaços padronizados para a instalação de novos trailers; banheiros; novos canteiros com áreas verdes com plantio de novas árvores; bancos fixos em concreto; espaço livre para a alimentação, recreação e lazer, além de acessibilidade com piso tátil e rampas.



Construção do Entrepasto Pesqueiro, na cidade de São Luís

A obra tem como finalidade a melhoria nas condições de trabalho dos feirantes da região, dando maior dinamicidade ao embarque e desembarque de peixes e mariscos e para comercialização atacadista do pescado visando distribuição nos supermercados e feiras. A área prevista para implantação do projeto possui, aproximadamente, 17 mil metros quadrados, atualmente ocupados por feirantes, que vinham executando suas atividades de trabalho de forma desordenada e sem estrutura.

A implantação do projeto do Entrepasto Pesqueiro contempla a execução de estrutura, que comportará todos os comerciantes existentes atualmente no local, sendo intervenção de grande importância visando à melhoria da qualidade de vida, aumento dos índices socioeconômicos e logístico de forma a oferecer condições higiênicas e sanitárias e trazer mais qualidade na comercialização do pescado maranhense.

O Entrepasto Pesqueiro será composto por uma grande cobertura metálica, que abrigará de forma segura e confortável os feirantes. O projeto contempla drenagem e superestrutura em concreto armado, pisos e revestimentos, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, reservatório de água, sistema de combate a incêndio, pintura, paisagismo e espaço para administração, serviços estes que já estão em fase de finalização. Além deste espaço reservado aos trabalhadores, haverá, ainda, posto de inspeção sanitária, estacionamento para pequenos veículos, vagas para carga e descarga de caminhões de pescado, banheiros com acessibilidade, estacionamento interno e lixeira seletiva.



Tabela 03 – Recuperação de Equipamentos Públicos em 2022

OBRA	CONTRATO	VALOR EXECUTADO EM 2023
Parque da Juçara Rosa Mochel	12/2022	R\$ 922.074,33
Drenagem de Ruas do Maiobão	18/2022	R\$ 594.013,16
Estádio Luizão	12/2022	R\$ 453.122,86
Rampa do Cais do Quebra Pote	18/2022	R\$ 1.267.149,36
Construção de Praça na Região do Quebra Pote	12/2022	R\$ 517.187,12
Rampa do Cais da Estiva	18/2022	R\$ 599.414,97
Praça de Alimentação do Maiobão	12/2022	R\$ 652.882,88
Entrepasto Pesqueiro	51/2021	R\$ 7.328.283,92

Fonte: DPP

3.3-2 Contrato de Repasse Governo Federal

Reforma e revitalização de parque no município de São Luís/MA Conforme contrato repasse nº 890284/2019/MTUR/CAIXA.

Em 01/08/2017 o Colegiado da Região Metropolitana da Grande São Luís – RMGSL reuniu-se A obra de revitalização do Parque da Juçara que atendeu a necessidade de atendimento as normas de acessibilidade, construção portal de acesso e identificação da área do parque, construção de banheiros e implementação de lixeiras, portões de acesso, o que contribuiu para melhor controle de entrada e saída gerando segurança aos visitantes e permissionários que trabalham no local, como também auxiliou em uma barreira para minimizar os impactos causados por vândalos que atuam na região. Medição final e prestação de contas encerrados no início de 2023. Estado da Casa Civil, Sebastião Madeira (que presidiu a Reunião); Cidades e Desenvolvimento

Pavimentação de ruas do Canaã no município de São Luís/ma Conforme contrato repasse nº 897049/2019/MTUR/CAIXA.

Serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, serviços complementares e sinalização viária foram realizados em 04 (quatro) ruas localizadas no bairro Recanto Canaã, pertencente ao Município de São Luís – MA, por meio da Agência Executiva Metropolitana (AGEM-MA), conforme Contrato de Repasse nº 897049/2019/MDR/CAIXA. Medição final e prestação de contas encerrados no início de 2023.

A obra trouxe melhorias na qualidade de vida dos moradores daquela região através dos serviços de drenagem e pavimentação, em que foi possível, também, atender a aspectos sociais e ambientais e de pleitos antigos da comunidade, tais como a definição de vias de circulação de pedestres e veículos, atendendo a critérios de mobilidade e acessibilidade de moradores e visitantes, fluidez do tráfego de veículos, de forma a possibilitar o acesso aos serviços públicos de coleta de lixo domiciliar, de segurança pública e a circulação de veículos de urgência e emergência.

Tabela 04 – Obras com Recursos Federais - Fonte: DPP

OBRA	VALOR CAIXA	VALOR TOTAL
Serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, serviços complementares e sinalização viária a serem realizadas em quatro ruas localizadas no bairro Recanto Canaã, pertencente ao município de São Luís – MA, conforme Contrato de Repasse nº 897049/2019/MDR/CAIXA	R\$ 716.250,00	R\$ 738.250,00
Reforme e revitalização de Parque em São Luís/MA, conforme contrato de repasse nº 89 0284/2019/MTUR/CAIXA	R\$ 477.500,00	R\$ 500.000,00

CONFORMIDADE DA GESTÃO

4 AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA

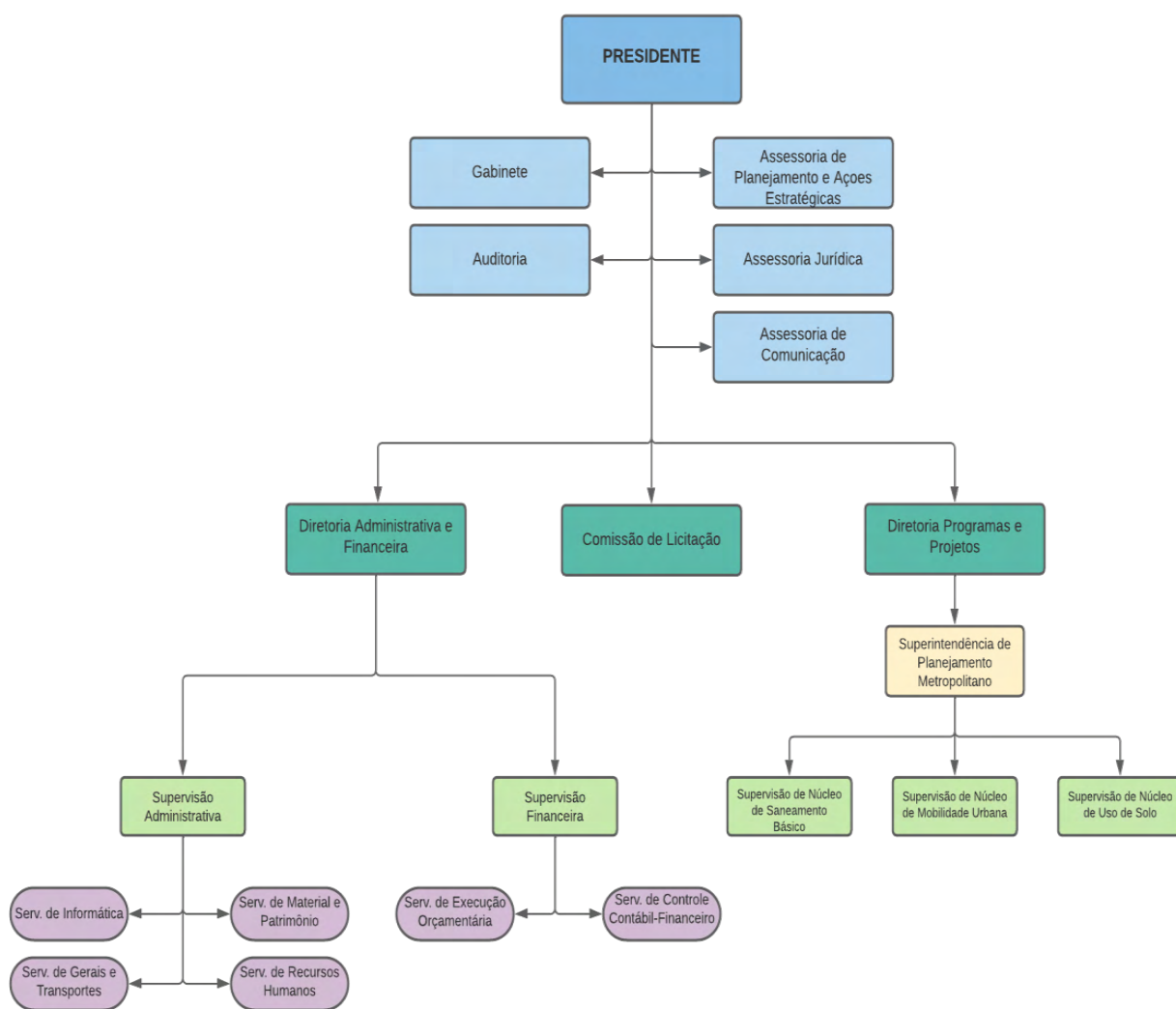
A AGEM é um órgão técnico, consultivo e executivo responsável por:

- Articular-se com os municípios integrantes da Região Metropolitana da Grande São Luís, com órgãos e entidades públicas e privadas, estaduais, federais e internacionais, visando à conjugação de esforços para o planejamento integrado e o cumprimento de Funções Públicas de Interesse Comum, na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI;
- Consolidar as informações dos programas e projetos do PDDI para inclusão no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do Estado e dos Municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís;
- Disponibilizar assessoria técnica e organizacional aos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís, acompanhando a elaboração e revisão dos planos diretores e leis de uso, ocupação e parcelamento do solo, para compatibilização de seus conteúdos com o interesse metropolitano expresso no PDDI;
- Promover diagnósticos da realidade socioeconômica municipal e de âmbito metropolitano, em parceria com órgãos estaduais e municipais afins e com participação da sociedade civil, visando subsidiar o planejamento integrado;
- Elaborar e manter estudos técnicos de interesse regional e constituir banco de dados com informações atualizadas necessárias ao planejamento e à elaboração dos programas e planos a serem desenvolvidos;
- Promover a implementação e execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Luís, inclusive aqueles estabelecidos no PDDI, bem como fiscalizar e avaliar sua execução, propondo ao Colegiado Metropolitano ajustes necessários;
- Articular-se com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando a captação de recursos de investimento ou financiamento para o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana da Grande São Luís;
- Fornecer o suporte técnico e administrativo ao Colegiado Metropolitano, bem como

articular e coordenar a atuação das Câmaras Setoriais instituídas por ele;

- Gerir os recursos do Fundo Metropolitano, submetendo os instrumentos de controle financeiro à apreciação e deliberação do Comitê de Orientação e Fiscalização constituído por membros do Colegiado Metropolitano, do Conselho Participativo e Agência Executiva Metropolitana;
- Arrecadar as receitas próprias ou as que lhe sejam delegadas ou transferidas, inclusive multas e tarifas relativas a serviços prestados;
- Fomentar a cadeia produtiva e econômica de produtos de origem animal e vegetal. A Agência possui a seguinte estrutura organizacional de acordo com o Decreto nº 32.874 de 03 de maio de 2017.

Imagem 03 – Estrutura Organizacional da AGEM



Fonte: ASPLAN

4.1 Gestão de Pessoas

A AGEM vem buscando continuamente estabelecer mudanças na organização para melhor aproveitamento de desempenho do seu quadro de pessoal, assim compreendidos servidores efetivos, cedidos, comissionados, estagiários.

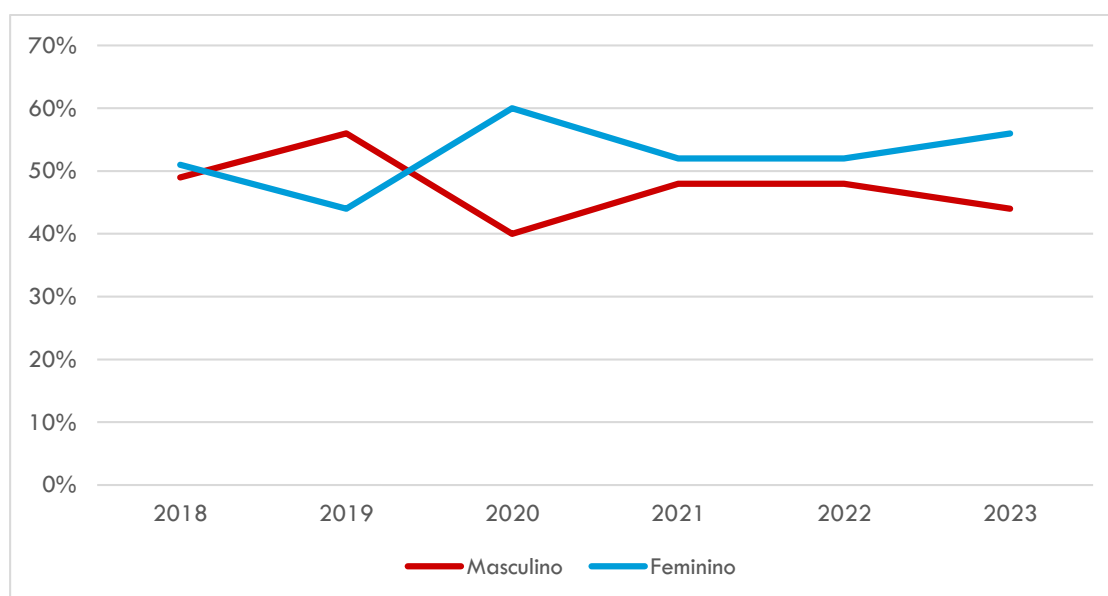
Tabela 02 – Colaboradores por tipo de Contratação e lotação

COLABORADOR	GABINETE	ASPLAN	ASCO M	ASJUR	DAF	DPP	CSL
Efetivo / Cedido / Comissionado	4	2		1	4	11	1
Estagiário					1	5	
Contratado	2		4	2	18	21	1

Fonte: SUPAD/DAF

Como pode ser observado a maior parte dos colaboradores está nas diretorias Administrativa e Programas e Projetos.

Gráfico 06 – Colaboradores por Gênero



Fonte: SUPAD

Tabela 03 – Colaboradores por Lotação e Profissão

GABINETE DA PRESIDÊNCIA	GABINETE	ASPLAN	ASCOM	CSL	ASJUR	DAF	DPP	TOTAL
Administrador						2		2
Advogada	1	1		1	3		1	7
Analista de Sistemas								0
Arquiteto	2						13	15
Assistente social							1	1
Bacharel em direito						1		1
Bióloga							1	1
Contador						3		3
Economista		1				1		2
Designer			1					1
Educador Físico							1	1
Engenheiro Agrônomo							1	1
Engenheiro Ambiental								0
Engenheiro Civil							10	10
Engenheiro de Produção							2	2
Engenheiro Mecânico							1	1
Jornalistas			3					3
Pedagoga						3		3
Psicóloga								0

Publicidade e Propaganda	1								1
Secretária Executiva Bilingue									0
Secretária Executiva					2				2
Técnico em Administração					1				1
Artes Plásticas								1	1
Ensino Médio	2			1		9	1		13
Estagiários						1	5		6
TOTAL	6	2	4	2	3	23	37		77

Fonte: SUPAD/DAF

4.2 Gestão de Contratos

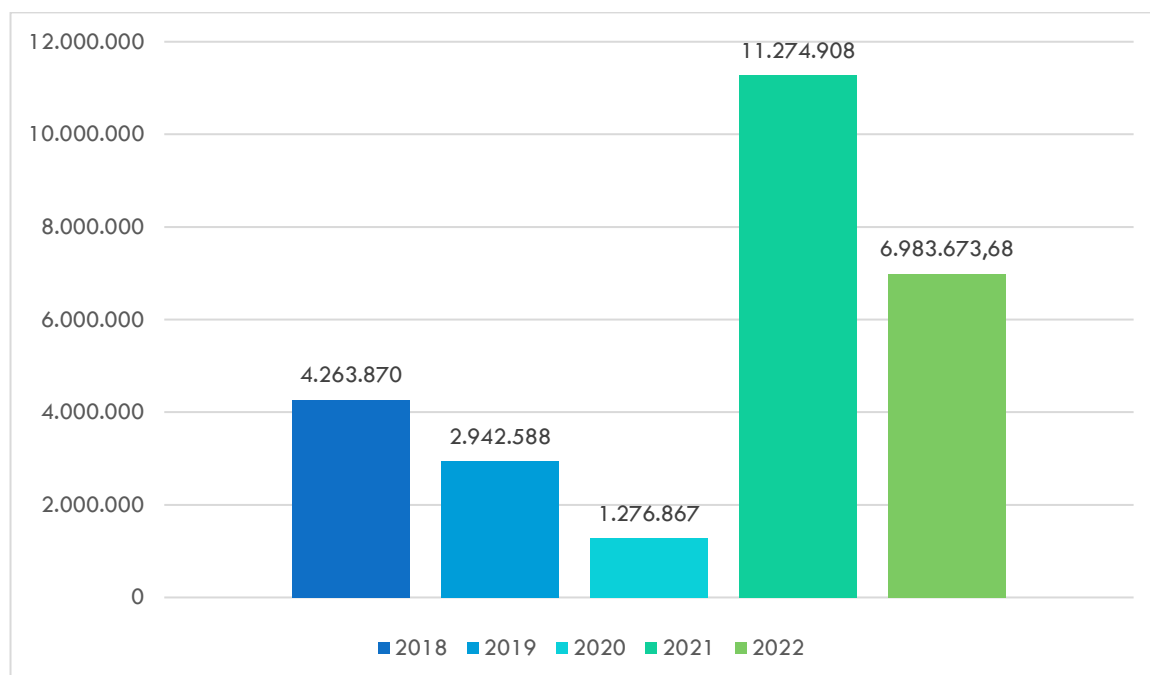
A contratação inicia-se pelo processo de escolha dos fornecedores via processo licitatório. Em 2023 a Comissão Setorial de Licitação – CSL, realizou somente 04 procedimentos, em razão de que a maioria dos contratos são de despesas continuadas e que foram somente aditados. No que tange aos investimentos (obras), também ainda se encontram com contratos vigentes, oriundos de adesão à ata de registro de preços.

Tabela 04 – Licitações Realizadas no período 2018 – 2023

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL REALIZADO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CONTRATAÇÕES DIRETAS	21	18	14	14	08	02
PREGÕES	3	3	-	3	02	
TOMADA DE PREÇOS	12	11	9	11	04	
CONCORRÊNCIA		2		1	0	
ADESÃO A ARP					12	02

Fonte: CSL

Gráfico 07 – Valor Ganho em Licitações 2018 - 2022



Fonte: CSL/AGEM

Tabela 00 – Contratos por Categoria Econômica

ÁREA	VALOR R\$ 1,00											
	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	QTD	TOTAL	QTD	TOTAL	QTD	TOTAL	QTD	TOTAL	QTD	TOTAL	QTD	TOTAL
CUSTEIO	27	2.439.814	22	4.269.211	20	1.259.936	30	6.287.691	14	15.776.104	22	16.152.943,36
INVESTIMENTO	14	10.337.396	11	7.281.247	25	26.274.853	31	34.960.235		35.861.233	03	12.725.240,80

Fonte: ASJUR

4.3 Gestão do Patrimônio e Transporte

Quanto aos serviços de transporte, contamos com 3 veículos que foram cedidos pela Secretaria de Estado de Governo e Secretaria de Gestão Patrimônio e Assistência do Servidor.

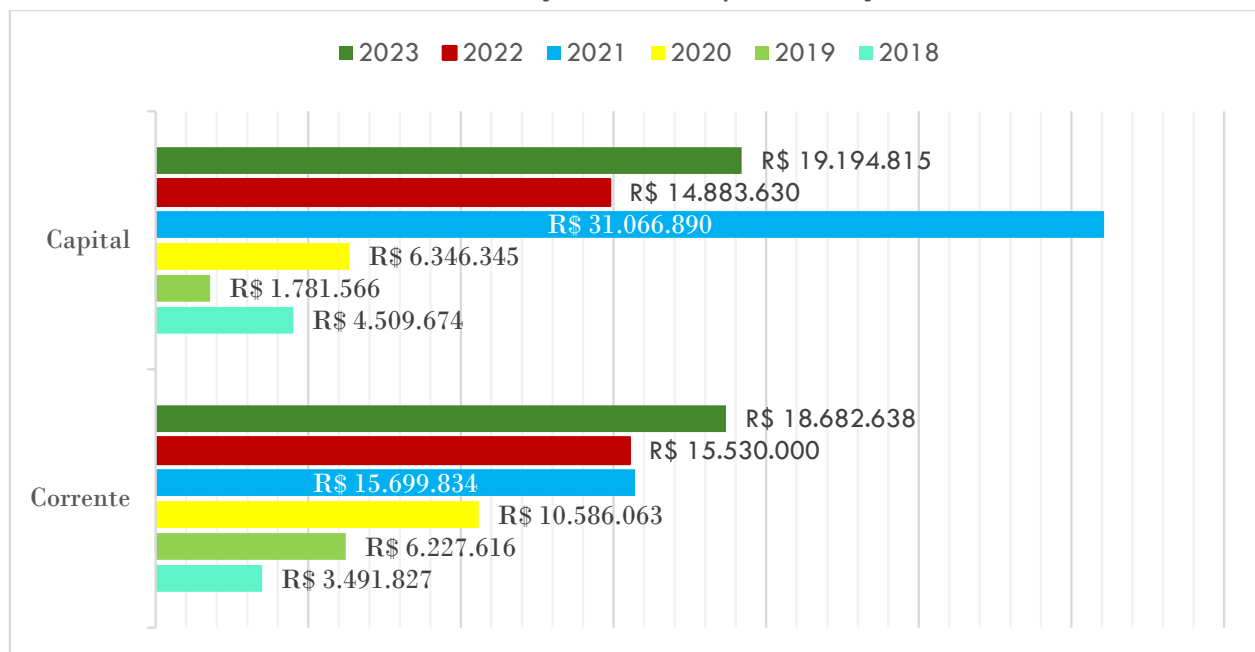
A AGEM, por sua vez, adquiriu computadores e móveis de escritório. A ação justifica-se pela necessidade de renovar cadeiras, armários e mesas, bem como computadores, com constatados defeitos nos diversos setores da autarquia, e ainda para garantir que os servidores dispusessem de mobiliário e máquinas adequadas para executar suas atividades.

4.4 Gestão da Despesa Orçamentária e Financeira

As despesas orçamentárias realizadas pelos órgãos e entidades do Governo do Estado classificam-se em duas categorias econômicas: correntes e de capital, representam o conjunto dos gastos públicos autorizados por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA com objetivo de atender às necessidades dos cidadãos, e o funcionamento da máquina administrativa, por meio da execução dos programas de governo.

Em 2023 as despesas realizadas atingiram um montante de R\$ 37.877.453,00, sendo que do total de gastos 51,7% foram aplicados em capital e 48,3% em despesas correntes.

Gráfico 08 – Distribuição das Despesas Orçamentária



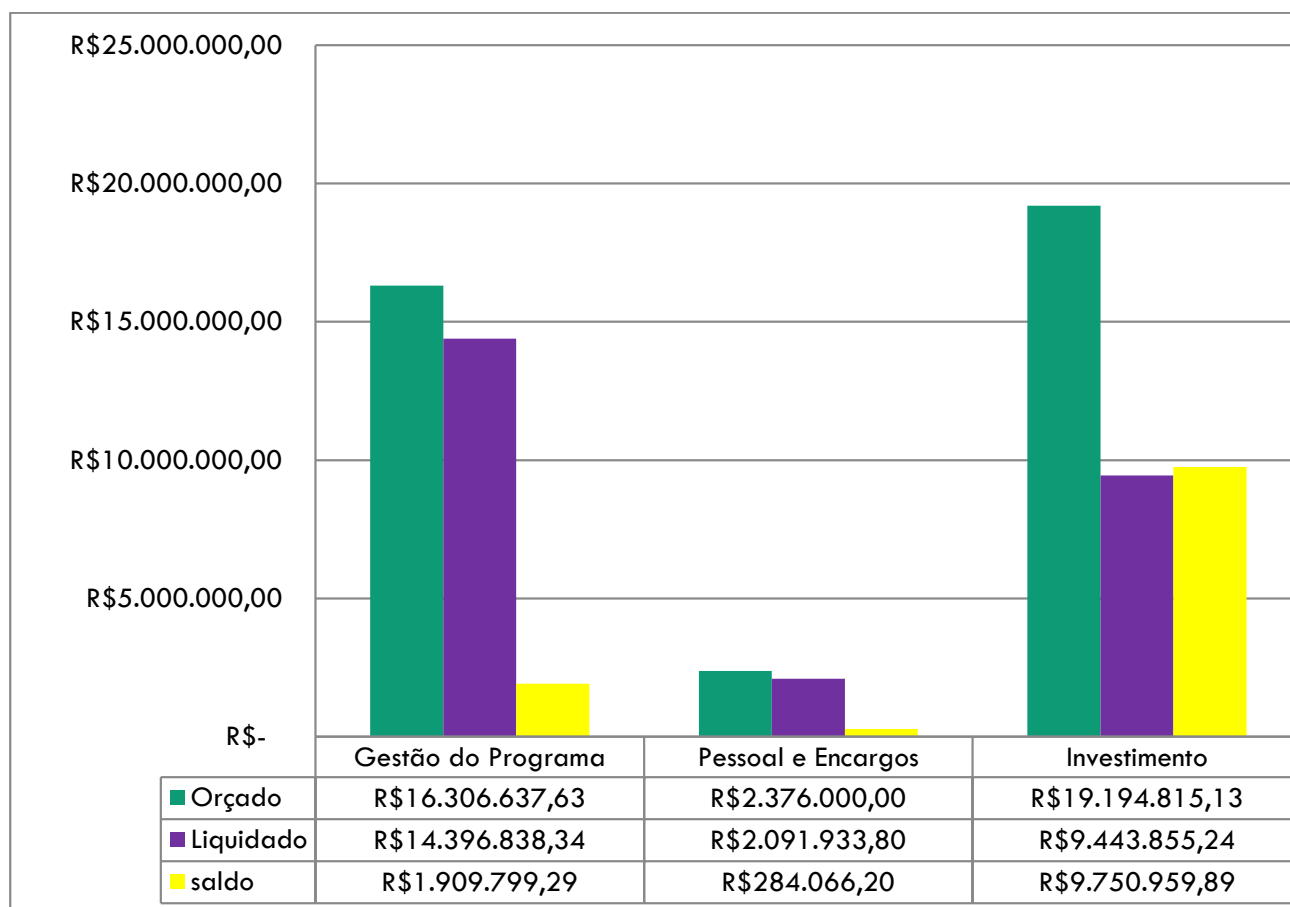
Fonte: SIGEF

Tabela 05 - Dotação Orçamentária 2018-2023

ANO	TIPO DE DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2018	Investimentos	5.550.111	4.509.674	2.431.405	1.654.035
	Correntes	7.615.537	3.491.827	2.182.430	1.851.591
2019	Investimentos	11.699.884	1.781.566	1.781.566	1.781.566
	Correntes	10.999.521	6.227.616	6.227.616	6.227.616
2020	Investimentos	15.360.934	6.346.345	6.346.345	6.346.345
	Correntes	14.231.384	10.586.063	10.586.063	10.586.063
2021	Investimentos	36.194.010	31.066.890	14.523.784	13.021.177
	Correntes	17.994.484	15.699.834	14.657.159	14.492.924
2022	Investimentos	20.622.448	14.323.197	106364.813	8.816.643
	Correntes	18.514.822	17.777.557	16.565.114	16.055.735
2023	Investimentos	19.194.915,13	12.975.029,96	9.443.855,24	9.443.855,24
	Correntes	18.682.637,63	17.036.648,85	16.488.772,14	16.464.105,69

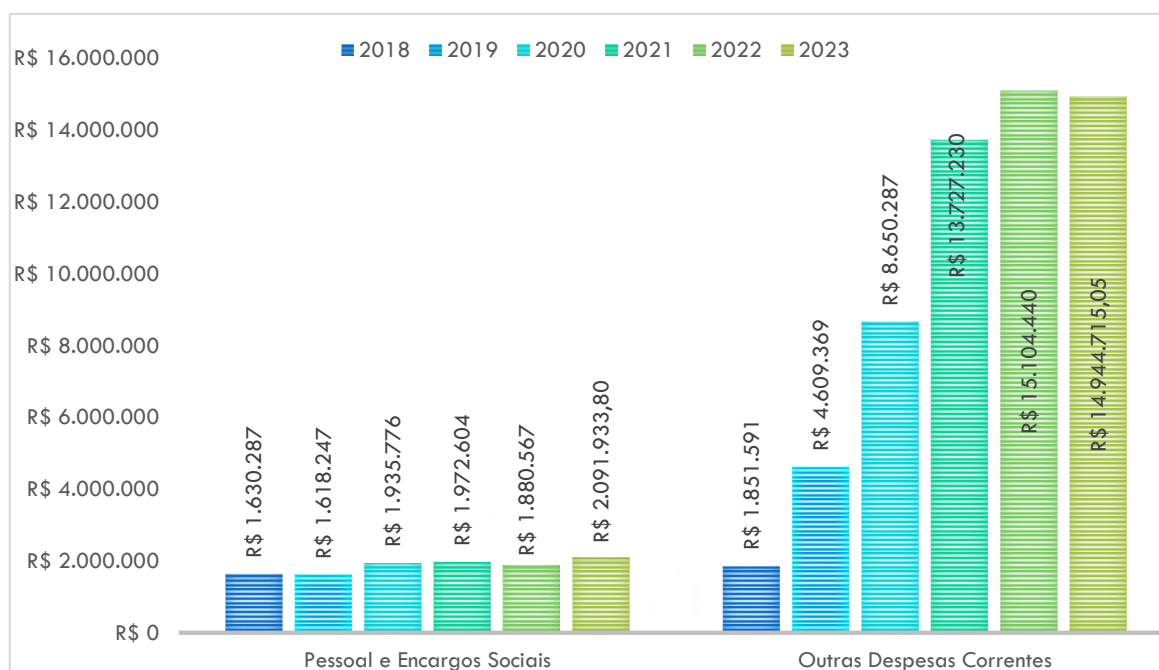
Fonte: SIGEF

Gráfico 09: Comparação de valores Orçados x Executados em 2023



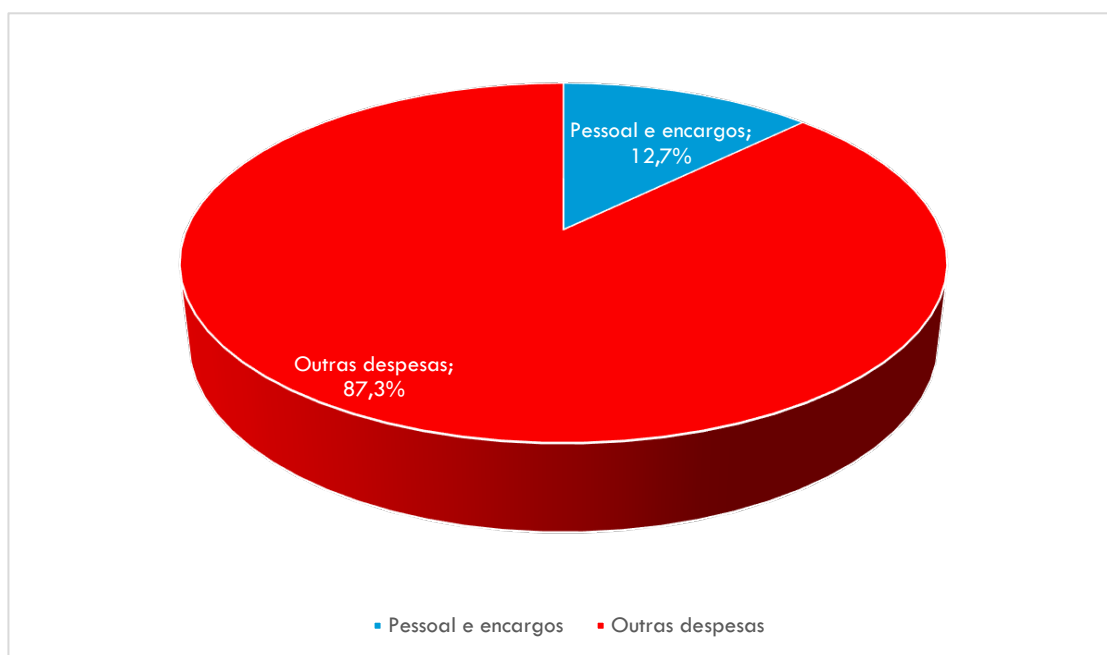
Fonte: SIGEF 2023

Gráfico 09 – Despesas Correntes Empenhadas, 2018 - 2023



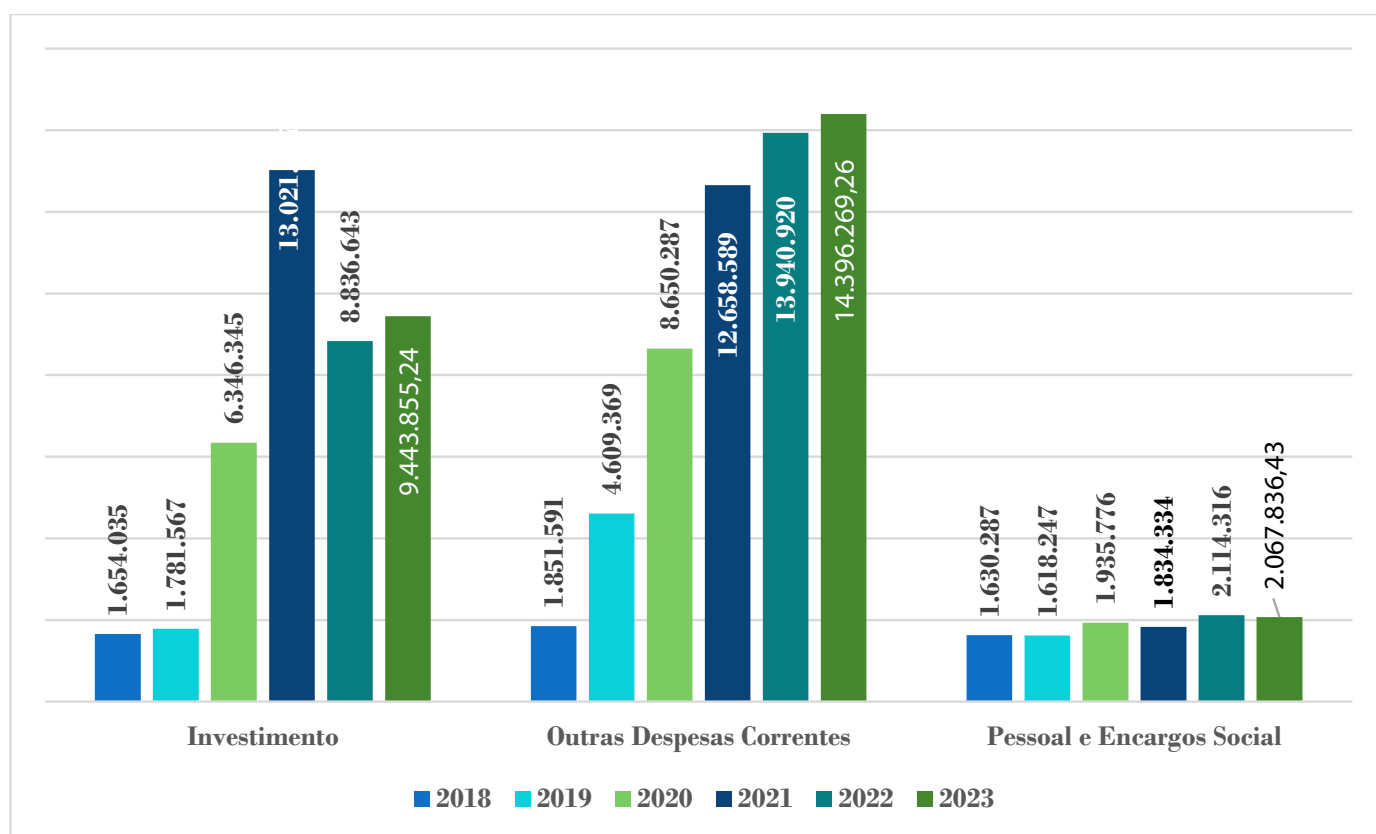
Fonte: DAF/SIGEF

Gráfico 10 – Composição das Despesas Correntes



Fonte: SIGEF

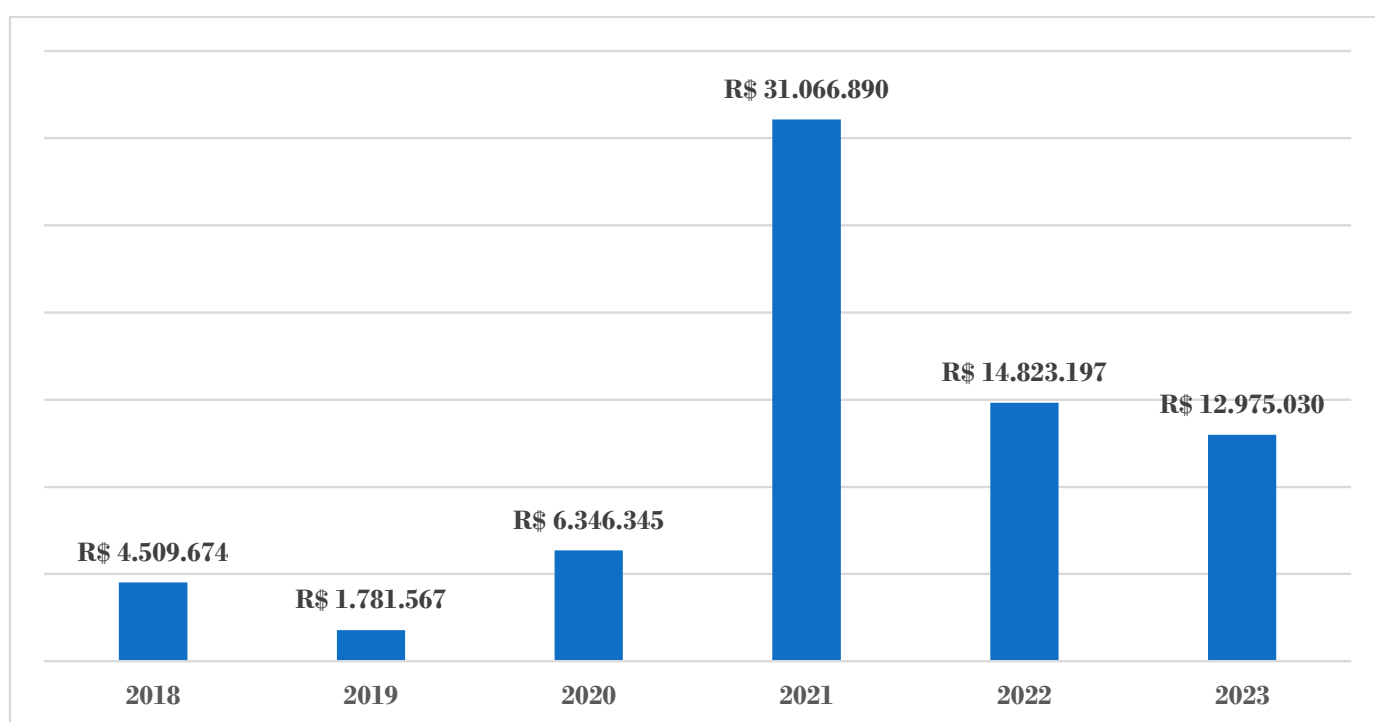
Gráfico 11 - Execução por grupo e elemento de despesa



Fonte: SIGEF

As despesas de capital normalmente concorrem para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão. Elas estão relacionadas com aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, dentre outras.

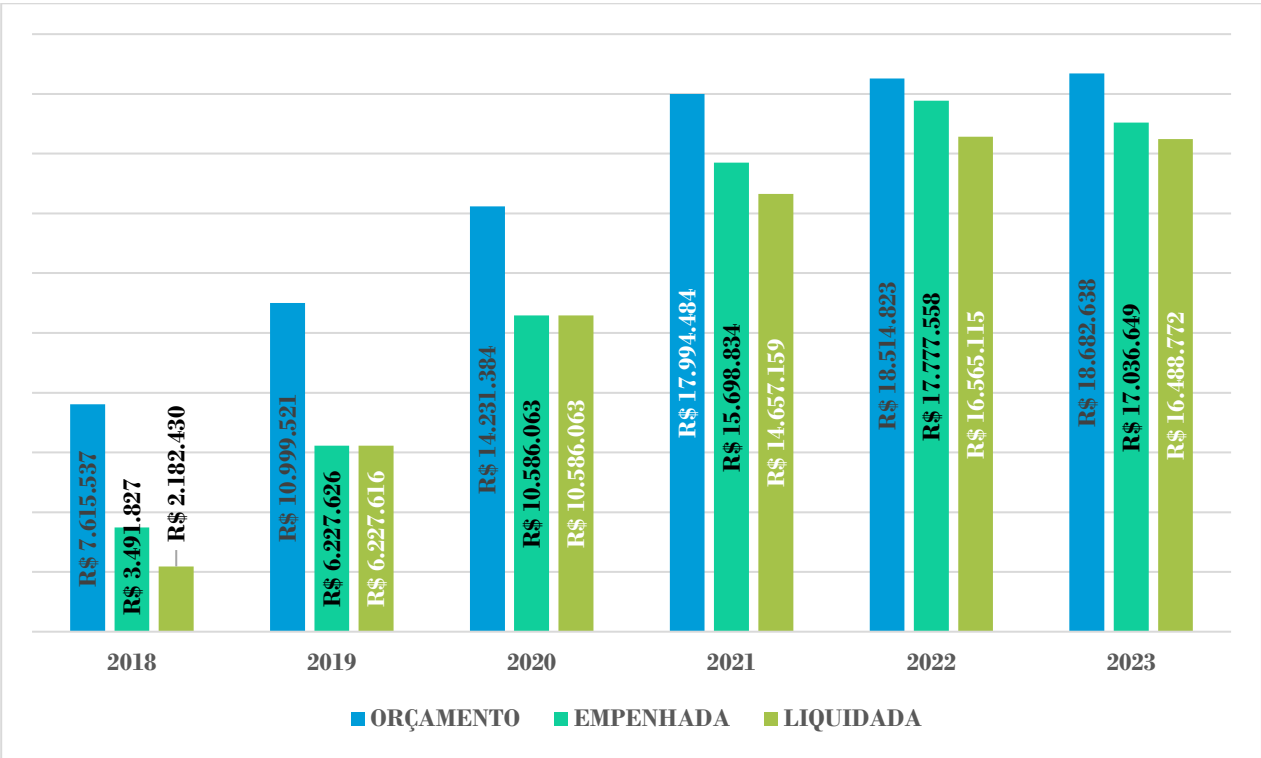
Gráfico 12 - Evolução da Despesa de Capital, R\$ 1,00



Fonte: DAF

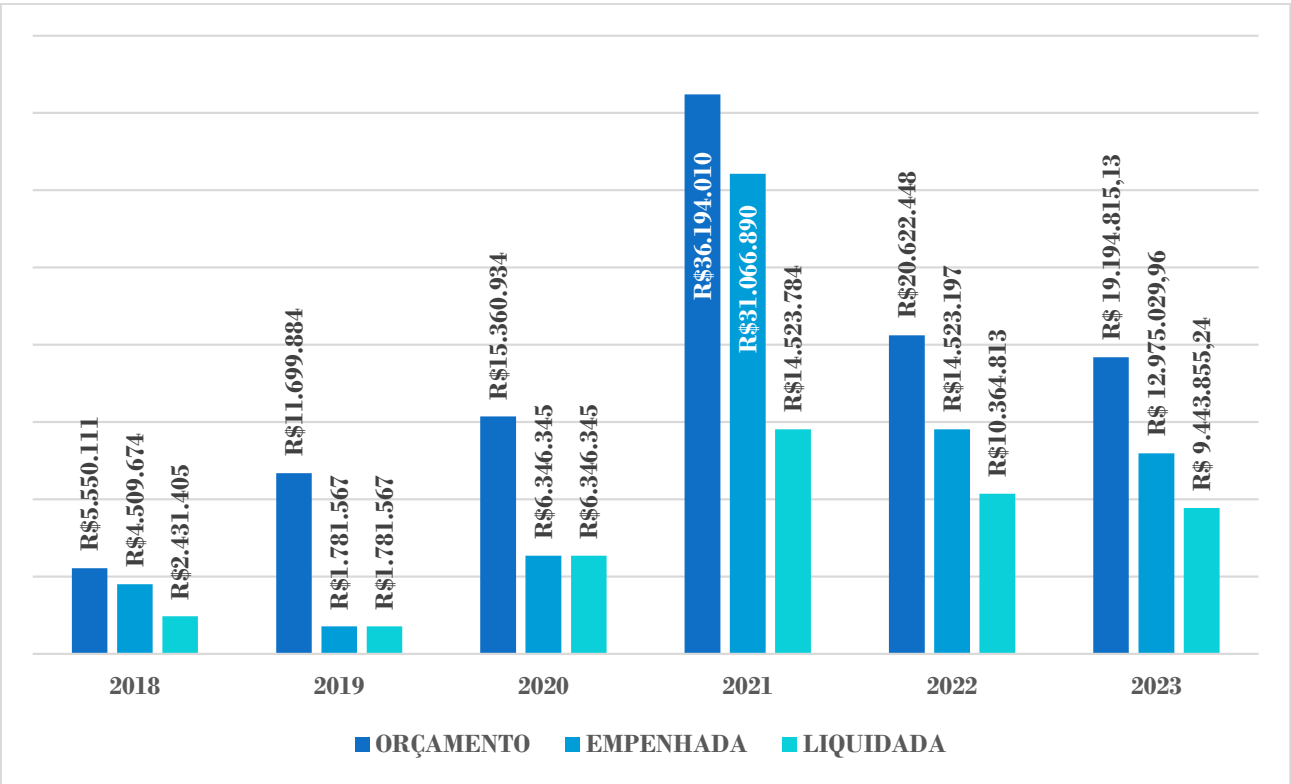
Os investimentos envolvendo as obras, os serviços de engenharia e equipamentos sociais na Região Metropolitana da Grande São Luís têm uma evolução significativa desde 2018, valor este que pode ser observado no número elevado e significantes de obras realizadas no período, conforme gráfico acima.

Gráfico 13 – Despesas Correntes Empenhadas e Liquidadas



Fonte: SIGEF

Gráfico 14 – Despesas de Capital Empenhadas e Liquidadas



Fonte: SIGEF

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, é fundamental destacar que o material presente neste relatório integra uma gama mais ampla de ações, que são as que fazem parte do planejamento do Governo do Estado.

Dessa forma, todos os projetos executados pela Agência Executiva Metropolitana no ano de 2023 são resultados de demandas advindas dos municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís. Estas são aprovadas pelo governador Carlos Brandão, que direciona a esta autarquia a responsabilidade pela condução dos serviços, sejam obras de infraestrutura ou nas áreas de suporte técnico definidos como parte do escopo de ações da AGEM, de acordo com a Lei Complementar 174/2015.

É interessante destacar que a AGEM executou suas ações em frentes diversas, incluindo desde o planejamento e elaboração de projetos, bem como execução de obras. Este último caso refere-se tanto à continuidade dos trabalhos iniciados anteriormente e que demandam de mais tempo para execução, por se tratarem de obras complexas – caso do Entrepasto Pesqueiro -, quanto aos iniciados em 2023.

Destaque-se, ainda, que a Agência Executiva Metropolitana, no ano que passou, deu início à organização da II Conferência da Região Metropolitana da Grande São Luís, para a qual foi necessária a organização de 13 Seminários Preparatórios, um em cada município da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL). A Conferência Metropolitana faz parte da estrutura interfederativa da RMGSL, juntamente com o Conselho Participativo Metropolitano, o Colegiado Metropolitano, o Fundo Metropolitano e a própria Agência Executiva Metropolitana.

Para finalizar, ressaltamos que daremos continuidade aos esforços em prol da melhoria de infraestrutura e de qualidade de vida de todos os municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís. Serão direcionados esforços tanto para revitalizações e reformas, quanto para manutenção de espaços já entregues pelo Governo do Estado, sempre que a AGEM for demandada. O ano de 2024 será de mais desafios, para os quais estamos aptos e para os quais continuaremos a dar soluções e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico metropolitano!



AGEM